



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE CASTANHAL
FACULDADE DE PEDAGOGIA
PLANO NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA -
PARFOR

MARIA DE FÁTIMA DO VALE SOUZA

APRENDIZAGEM DA LEITURA EM CLASSES MULTISSERIADAS: OS DESAFIOS DA
ALFABETIZAÇÃO.

CASTANHAL -PA

2018

MARIA DE FÁTIMA DO VALE SOUZA

APRENDIZAGEM DA LEITURA EM CLASSES MULTISSERIADAS: OS DESAFIOS DA ALFABETIZAÇÃO.

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado à Faculdade de Pedagogia, do Campus Universitário de Castanhal, da Universidade Federal do Pará (UFPA), como requisito parcial para a obtenção Grau de Licenciada Plena em Pedagogia, pelo Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR), sob a orientação do Prof. Dr. Paulo Lucas da Silva.

APRENDIZAGEM DA LEITURA EM CLASSES MULTISSERIADAS: OS DESAFIOS DA ALFABETIZAÇÃO.

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado à Faculdade de Pedagogia, do Campus Universitário de Castanhal, da Universidade Federal do Pará (UFPA), como requisito parcial para a obtenção Grau de Licenciada Plena em Pedagogia, pelo Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR), sob a orientação do Prof. Dr. Paulo Lucas da Silva.

Castanhal, 20 de outubro de 2018

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr.: Paulo Lucas da Silva – Universidade Federal do Pará
(Orientador)

Prof. Dr.: João Batista Santiago Ramos – Universidade Federal do Pará
(Membro)

Prof(a) Dr.: Eula Regina Lima Nascimento
(Membro)

CASTANHAL - PA

2018

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus que me deu sabedoria, força e persistência para a realização desta missão.

Ao meu esposo José Maria que esteve sempre presente me apoiando em todas as etapas da minha vida e que contribuiu sempre nos momentos em que mais precisei.

À minha família, em especial, que foram o suporte no decorrer desta trajetória.

Aos meus irmãos Anízio Vale, Tatiane Siqueira e Rosineia Andrade. Aos meus filhos Valber e Caio.

Aos sobrinhos Paulo Ricardo e Maria Valentina.

Aos colegas da Turma 07 do curso de Pedagogia do PARFOR, que oportunizou essa trajetória de aprendizado.

A Coordenação do Curso pela disponibilidade.

Ao professor Paulo Lucas que foi meu orientador e contribuiu com muita dedicação na realização deste trabalho.

À minha amiga Nilziane Costa que me incentivou no decorrer do curso.

A todos os professores que contribuíram para minha formação.

À Universidade Federal do Pará pelo apoio e acolhimento durante a realização do curso.

DEDICATÓRIA

Dedico este meu trabalho à memória da minha mãe Terezinha do Vale Batista, ao meu esposo, irmãos, filhos e familiares em geral; e a todos os colegas do curso de Pedagogia, Turma 07 – PARFOR 2014, e em especial a todos os educadores que contribuíram de forma conjunta, realizando tarefas que permitiram a compreensão de novos horizontes e a busca por uma educação de qualidade.

“Onde quer que haja mulheres e homens, há sempre
o que ensinar, há sempre o que aprender.”

(Paulo Freire)

RESUMO

SOUZA, Maria de Fátima do vale Souza. Aprendizagem da leitura em classes multisseriadas: Os desafios da alfabetização.

No atual contexto educacional brasileiro, muito tem se discutido a respeito de uma educação efetivamente voltada para as pessoas do campo. Assim, o presente trabalho tem como objetivo discutir a relação do processo de aprendizagem da leitura nas classes multisseriadas, a partir de uma experiência em uma escola rural, e da leitura de autores que vem aprofundando discussões referentes ao tema deste estudo. As classes multisseriadas são caracterizadas por apresentarem um único professor para atender alunos de diferentes idades e várias séries no mesmo espaço, e são predominantes na Zona Rural. Essa modalidade de ensino apresenta algumas deficiências como uma escassa formação dos profissionais que atuam nessas classes, e ainda, a escassez de políticas públicas voltadas para atender à essa população. Feita dentro campo, mas não para o campo, as práticas pedagógicas nessas classes não condizem com a realidade daqueles alunos, uma vez que os conteúdos aplicados estão distantes da realidade em que vivem. Atuar nessas classes em meio a tantas dificuldades é um verdadeiro desafio para os educadores, que, muitas vezes, sentem as angústias de não cumprirem com êxito seu papel diante da ausência de apoio pedagógico administrativo necessários para sua prática docente. Nesta perspectiva, o presente trabalho faz algumas considerações sobre a necessidade da implementação de políticas públicas eficazes que contribuam para a aprendizagem dos indivíduos ali inseridos, afinal, são grandes os índices de analfabetos e semianalfabetos presentes naquela população, e que ainda desconhecem a importância da leitura como um dos primeiros passos para as mudanças da sua realidade. Com relação à metodologia foram feitas várias pesquisas bibliográficas buscando alguns autores que abordassem a temática apresentada, portanto, caracteriza-se como qualitativa. Tem-se ainda, um relato pessoal, o que a define também como um relato autobiográfico. O trabalho teve como objetivo geral compreender quais fatores interferem na aquisição da aprendizagem quanto à leitura em classes multisseriadas da zona rural de Igarapé – açu. Com relação aos objetivos específicos buscou - se investigar como as famílias colaboram para que haja um bom desempenho do aluno nesse tipo de classe; refletir sobre a educação no campo, bem como a realidade que ali existe; e ainda, relatar as dificuldades do professor frente às necessidades desses alunos. Autores como Hage, Caldart, Oliveira, Waldemar, e ainda documentos oficiais do MEC, como Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Projeto Base do Programa Escola Ativa e os Parâmetros Curriculares Nacionais, entre outros, serviram para fundamentar a análise sobre a educação no campo, e as dificuldades no processo de aquisição da leitura pelos alunos

das classes multisseriadas. Através do estudo, constatou-se que fatores como a ausência de políticas públicas, o pouco interesse dos pais pela educação de seus filhos e a ausência de uma estrutura pedagógica administrativas eficazes interferem diretamente no processo da aprendizagem da leitura. E, ainda que, para que o aluno apresentar um bom desempenho são necessários além de ações governamentais, o apoio da família e a dedicação dos profissionais presentes em sala de aula.

Palavras chave: Classes multisseriadas, aprendizagem, leitura.

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO	8
2. BREVE HISTÓRICO SOBRE A EDUCAÇÃO BRASILEIRA E A EDUCAÇÃO NO CAMPO.....	10
2.1. As classes multisseriadas.....	13
2.2. As dificuldades dos docentes.....	16
2.3. A importância da alfabetização na vida escolar do aluno	20
3. EXPERIÊNCIA PESSOAL	24
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	47
5. REFERÊNCIAS.....	50

1.INTRODUÇÃO

As classes multisseriadas são predominantes na zona rural, surgiram com o objetivo de suprir a carência de escolas devido a baixa densidade demográfica dessas regiões e a necessidade de educar os indivíduos que ali residem. Assim, se tornaram a forma mais comum, e quase única, de ensino nessas regiões. Essas classes se caracterizam pela presença de apenas um professor para ministrar aulas para alunos de diferentes idades e escolaridade diferentes. Considerada por muitos como “arremedo de escola e não escola propriamente dita (FONSECA, 1989, p.20), essas escolas parecem estar à margem da educação brasileira, pois apresentam grandes deficiências em suas estruturas funcionais, mesmo assim, elas ainda contribuem para a formação de milhares de crianças.

A escolha do tema para a realização deste trabalho partiu de minha experiência com essa modalidade de ensino, pois tive a oportunidade de vivenciar as dificuldades que os professores e professoras sentem ao atuar em salas com essa modalidade de ensino, convivendo com essas crianças e suas necessidades tanto físicas quanto materiais. Diante de minha experiência é válido fazer algumas reflexões acerca da obrigação que a escola tem com esses indivíduos, e ainda, o que a escola está fazendo para que o quadro da educação no campo tenha realmente um caráter transformador.

No município de Igarapé-açu existem muitas escolas na Zona Rural, em geral, essas escolas atendem de forma multisseriada. Mas qual a melhor forma de se trabalhar com a classe multisseriada? E quais metodologias adotar para que essas crianças consigam fazer da leitura um hábito, uma ponte para a transformação de sua realidade?

No ensino multisseriado é onde mais se refletem os problemas pelos quais passa a educação brasileira. A falta de políticas públicas adequadas são as maiores responsáveis pela situação em que se encontram a maioria das escolas da zona rural, caracterizadas pela ausência de recursos administrativos e pessoais que supram as necessidades das pessoas que moram nessas regiões. Assim, desenvolver uma prática docente em meio a tantas dificuldades é um grande desafio, afinal diariamente surgem problemas que precisam ser contornados no intuito de proporcionar aos alunos um mínimo de educação de qualidade.

Diante deste cenário, o presente trabalho busca mostrar através do relato pessoal e do estudo de autores, mostrar as dificuldades que os alunos das classes multisseriadas apresentam na aprendizagem da leitura. Sabe – se da importância da leitura para a conquista da autonomia intelectual, pois é através dela que os sujeitos serão capazes de ampliar seus conhecimentos de forma crítica e

reflexiva e buscar melhores condições de vida. Assim, faz-se necessário, oferecer uma educação de qualidade, uma educação que leve em conta as vivências, expectativas, anseios e a peculiaridade desses indivíduos. A leitura em si sempre foi alvo de muitas discussões, haja vista, sua grande importância para o desempenho de todas as disciplinas. Contudo, a aquisição da leitura não deve apesar ser vista como um processo de decodificação. Ela também deverá ser utilizada como fator de transformação social. Ler e compreender é fundamental para o desenvolvimento social e intelectual do sujeito.

Esse trabalho procura dar visibilidade à realidade e refletir sobre a qualidade do ensino ofertado nessas classes, com enfoque na aprendizagem da leitura pelos alunos. Pretende investigar a influência da participação dos pais na aprendizagem de seus filhos, bem como propiciar a leitura como agente transformador de sua realidade.

O trabalho se divide em três capítulos. No primeiro capítulo se apresenta um estudo bibliográfico feito através de livros, revistas e sites onde buscou-se conhecer a realidade do ensino nessas classes. Ainda neste capítulo, procurou-se destacar a importância da alfabetização e formação dos alunos que compõe a zona rural, enfatizando o impacto que uma alfabetização de qualidade teria na vida desses indivíduos. No segundo capítulo descreve-se a experiência em classes multisseriadas em algumas escolas da zona rural. O terceiro e último capítulo tece algumas considerações sobre o verdadeiro papel da educação e seu papel como agente transformador da sociedade, bem como a importância da leitura para o crescimento sócio intelectual do aluno.

Vale ressaltar que as classes multisseriadas fazem parte da realidade educacional brasileira, e sua organização é bastante complexa, exigindo um olhar mais abrangente, mais aprofundado. De certa forma, tornaram-se uma necessidade, pois muitos alunos dependem quase que exclusivamente dela para obterem um mínimo de educação. É importante que se busque reconhecer o papel desses indivíduos na sociedade e se executem políticas públicas que os capacitem a exercer toda sua cidadania pois são dignos e merecedores de respeito.

2. BREVE HISTÓRICO SOBRE A EDUCAÇÃO BRASILEIRA E A EDUCAÇÃO NO CAMPO.

Ao discutir-se a educação brasileira, deve-se lembrar que somente em meados do século XX é que começaram os processos para expansão da escolarização básica no país. Desde a criação do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, que representa um marco na história da luta pelos direitos educacionais no Brasil, até a criação da Lei de Diretrizes e Bases na Educação Nacional (LDB 9394/96), ocorreram várias discussões sobre a melhor maneira de elevar o nível educacional com o intuito de priorizar, qualificar e tornar a educação um direito de todos. A LDB reafirma o direito à educação, garantido na Constituição Federal, estabelecendo os princípios da educação e os deveres do Estado em relação à educação escolar pública, definindo as responsabilidades, em regime de colaboração, entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios. Isto é, por determinação constitucional, a educação deveria ter sido universalizada.

A questão é que a educação nunca foi prioridade no Brasil. Nas Constituições de 1824 e 1891, pouco se falava em educação. A partir da Constituição de 1934 é que começa a ocorrer uma nova fase da história da educação brasileira, quando se criaram leis que estabeleceram a educação como direito de todos. Nos anos de 1930 foi criado o Ministério da Educação, como o nome de Ministério da Educação e Saúde Pública, a instituição desenvolvia atividades pertinentes a vários ministérios, como saúde, esporte, educação e meio ambiente. Até então, os assuntos ligados à educação eram tratados pelo Departamento Nacional do Ensino, ligado ao Ministério da Justiça. Foi em 1934, com a nova Constituição Federal, que a educação passa a ser vista como um direito de todos, devendo ser ministrada pela família e pelos poderes públicos. Já com a Constituição de 1946, surgiram as primeiras discussões sobre o que viria ser a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Lei que foi sancionada em 1996 tornando-se vigente até hoje no país. Porém a grande demarcadora das atuais mudanças foi a Constituição Federal de 1988 com a reabertura política brasileira.

A partir daí, surgiram vários projetos buscando consolidar e melhorar a qualidade na educação, tais como os Parâmetros Curriculares Nacionais, mais conhecidos como PCN, que formam uma coleção de documentos que compõem a grade curricular de uma instituição educativa, a fim de servir como ponto de partida para o trabalho docente, norteados as atividades realizadas na sala de aula. Outro fator importante foi a criação do RCNEI, o Referencial Curricular Nacional de Educação Infantil, que é um conjunto de sugestões e referências para creches, entidades equivalentes e pré-escolas. Faz parte dos documentos dos Parâmetros Curriculares Nacionais, que foram elaborados pelo

Ministério da Educação. Seu objetivo é auxiliar professoras de Educação Infantil a realizar seu trabalho educacional com crianças pequenas, atendendo às determinações da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96).

Decerto houve muitos avanços com relação à universalização da educação. Contudo é evidente que os indivíduos da zona rural sempre estiveram à margem quando se tratam de práticas educacionais voltadas para a educação das pessoas do campo. Durante a história da educação brasileira é notório o abandono do Estado para com essas pessoas. Tal fato se comprova ao nos debruçarmos sobre as políticas educacionais presentes nos diversos documentos que tratam da educação brasileira.

Na primeira lei que tratava sobre educação no Brasil, não houve nenhum tipo de alusão à educação campesina, apenas citava como as práticas de ensino deviam ser organizadas, mas sem levar em consideração as especificidades da sociedade rural.

A educação no campo foi mencionada pela primeira vez no Título IV “Da Ordem Econômica e Social”, desta forma: “Art. 139 – Toda empresa industrial ou agrícola, fora dos centros escolares, e onde trabalharem mais de cinquenta pessoas, perfazendo estas e os seus filhos, pelo menos, dez analfabetos, será obrigada a lhes proporcionar ensino primário gratuito” (BRASIL, 1934). A partir deste fato começaram a surgir leis que abordassem, mesmo que de forma sutil, a educação campesina, porém, todas tinham como objetivo apenas satisfazer os interesses do Estado.

Embora, até meados do século XX, a população rural tenha sido maior que a urbana, o Estado não se preocupava em políticas educacionais que atendessem as necessidades educacionais das pessoas do campo. Para Leite (1994, p.14):

A educação rural no Brasil, por motivos socioculturais, sempre foi relegada a planos inferiores, e teve por retaguarda ideológica o elitismo acentuado do processo educacional aqui instalado pelos jesuítas e a interpretação política- ideológica da oligarquia agrária conhecida popularmente na expressão “gente da roça não carece de estudos. Isso é coisa de gente da cidade” (anônimo).

A Constituição Federal de 1988, garantiu o direito de educação a todos, mas não mencionava especificamente a educação no campo. Contudo, a promulgação desta lei, possibilitou a publicação, em 1996, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que destacou em apenas um artigo a educação rural como garantia a população no campo:

Na oferta de Educação Básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

I - Conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;

II – Organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;

III – Adequação à natureza do trabalho na zona rural (BRASIL, 1996, p. 19).

A promulgação deste artigo possibilitou avanços nas discussões sobre a educação camponesa. E a partir dele surgiram outros documentos que complementaram e direcionaram os rumos que a educação no campo deveria tomar. No final do século XX, a educação no campo ganhou amplo debate a partir da mobilização de movimentos sociais que lutavam pelo direito de todos à educação. De acordo com Caldart (2008, p.71):

A educação no campo nasceu como mobilização/pressão de movimentos sociais por uma política educacional para com unidades camponesas: nasceu da combinação das lutas dos sem – terra pela implantação de escolas públicas nas áreas de reforma agrária com as lutas de resistência de inúmeras organizações e comunidades camponesas para não perder suas escolas, suas experiências de educação, suas comunidades, seu território, sua identidade.

Os espaços de debate possibilitados pela LDB - Lei nº 9.394/96 e as Conferências Nacionais sobre Educação do Campo realizadas no final da década de 1990, em articulação com a mobilização dos movimentos sociais do campo, resultaram na construção de um novo paradigma de Educação do Campo, contraposto à educação rural, buscando a elaboração de uma legislação específica para a população camponesa, que tem o direito de estudar em seu espaço de vivência social e cultural.

Com a Primeira Conferência Nacional por uma Educação Básica no Campo, realizada em Luziânia, em 1998, iniciou-se a defesa dos direitos dos povos do campo a uma educação de qualidade e, que respeitasse as especificidades e os direitos dessas pessoas.

A partir da década de 2000, especificamente com a aprovação das Diretrizes Operacionais para a Educação Básicas nas Escolas do Campo (PARECER 36/2001 CNE/CEB) é que se tornou

possível uma maior expansão da Educação Básica do Campo de modo generalizado em todo país. No ano de 2001, com as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas escolas do Campo, surge uma outra concepção de educação, que vai além da esfera econômica, ele leva em consideração os aspectos da cultura campesina, da identidade dos sujeitos em questão, das relações socioambientais e também das organizações políticas. Mas quando se fala em educação no campo devemos ter o cuidado para não caminharmos em direção à dicotomia campo-cidade, até porque existem escolas que hoje são tidas como escola do campo, mas que estão em perímetro urbano. O que as caracteriza é a participação, a presença efetiva dos sujeitos do campo. O que a educação no campo busca, é justamente a valorização da experiência da cultura, da identidade das relações de trabalho dos povos do campo.

2.1. As classes multisseriadas

As classes multisseriadas são uma forma de organização de ensino, na qual o professor trabalha, na mesma sala de aula com várias séries do Ensino Fundamental simultaneamente tendo de atender a alunos com idades e níveis de conhecimentos diferentes. De acordo com o conceito de Ximenes-Rocha e Colares (2013, p. 93):

As classes multisseriadas caracterizam-se por reunir em um mesmo espaço físico diferentes séries que são gerenciadas por um mesmo professor. São, na maioria das vezes, única opção de acesso de moradores de comunidades rurais (ribeirinhas, quilombolas) ao sistema escolar. As classes multisseriadas funcionam em escolas construídas pelo poder público ou pelas próprias comunidades, ou ainda em igrejas, barracões comunitários, sedes de clubes, casas dos professores entre outros espaços menos adequados para um efetivo processo de ensino-aprendizagem.

Essas turmas existem principalmente na zona rural, pois devido a um número baixo de alunos, torna-se difícil a divisão em séries, sendo assim, elas surgiram como uma solução mais viável para oferecer o ensino na zona rural. Porém, também pode-se citar outros fatores que motivaram a criação das classes multisseriadas como a carência de professoras e a dificuldade de locomoção. Apesar de ser um tema pouco conhecido, esse tipo de ensino há anos faz parte do sistema educacional brasileiro. Segundo o Censo de 2017, existem 97,5 mil turmas do Ensino Fundamental nessa situação em todo país, número que vem permanecendo praticamente inalterado nos últimos dez anos. Ou seja, classes multisseriadas, também denominadas como uniodocentes, são uma realidade na educação brasileira

Apesar de sua importância, pois é grande o número de salas desse tipo distribuídas por todo o país, o ensino nessas classes ainda é visto como inferior, visto sua grande deficiência na formação intelectual desses indivíduos. Infraestrutura física inadequada, a falta de formação docente especializada, o deslocamento dos alunos e a falta de apoio pedagógico são alguns dos motivos para o insucesso dessas séries, acarretando diretamente no baixo desempenho do ensino.

De acordo com os últimos Censo nos primeiros anos do ensino fundamental, a taxa de distorção idade e série na zona rural é quase o dobro que na Zona Urbana. Isso é um dos reflexos da precariedade desta forma de ensino, que tende a ser agravada nas referidas classes.

Um dos pontos mais discutidos diz respeito ao ensino ofertado nessas turmas que é visto como bem distante do ideal, são teorias e práticas que surgem como possíveis soluções para amenizar as deficiências dessa prática educacional, vistas tanto pelo lado do aluno quanto das professoras.

Em meio a debates e discussões educacionais as escolas multisseriadas são um dos temas mais abordados, visto que, as políticas educacionais aplicadas não estão conseguem cumprir as leis e assim garantir o direito à educação para esses cidadãos.

Tal situação de precariedade somente reforça o retrato em que vive a escola do campo, seja em relação a estrutura física, seja pelo insuficiente grau de formação das professoras. Constituída essencialmente por sala multisseriada ou unidocente, essa escola se caracteriza por possuir uma sala e ter um só professor que ministra aulas para quatro séries iniciais do Ensino Fundamental no mesmo local e ao mesmo tempo (Toledo, 2005, p. 06)

É inegável a falta de políticas públicas eficazes com relação à educação brasileira tanto na zona urbana quanto na zona rural, porém essa situação se torna mais agravante quando se refere à zona rural. A falta de recursos não se limita apenas aos materiais pedagógicos, mas à infraestrutura, à capacitação dos profissionais e a qualquer tipo de apoio que corrobore com a aprendizagem desses indivíduos. A maioria das escolas da zona rural funciona de maneira precária. De acordo com Portugal e Oliveira (2012, p. 309):

São notórias a escassez e a precariedade das políticas de educação para os espaços rurais. Isto é constatado pela ausência de uma melhor infraestrutura e manutenção dos prédios escolares. Além disso, o material didático pedagógico utilizado no processo de ensino aprendizagem é inadequado e limitado para contemplar os anseios dos sujeitos desta realidade. Atrelada a isso, ainda existe a falta de formação docente que integre a cultura rural aos saberes acadêmicos.

Sendo assim, um número tão pequeno de programas direcionados à essa população somente evidencia o descaso do governo com a educação ofertada à essa parte da população brasileira. O Estado tem como dever fornecer meios para a formação intelectual do indivíduo, garantindo o direito a um ensino de qualidade. No entanto, a realidade parece bem diferente, o Estado negligencia direitos básicos ao indivíduo, direitos estes, que proporcionariam ao estudante subsídios para que ele saia capacitado para o mercado de trabalho e inserção na sociedade. Além das deficiências de infraestrutura no ambiente escolar; existem ainda questões culturais e sociais que elevam os índices de analfabetismo. Isso fica mais latente quando se trata dos indivíduos que residem nas zonas rurais, vistas, erroneamente, como local onde a educação é tida como desnecessária. Nesta perspectiva Moraes et al (2010, p. 402) faz a seguinte afirmação:

O espaço urbano como o lugar das possibilidades, da modernização e desenvolvimento, do acesso à tecnologia, à saúde, à educação de qualidade e ao bem-estar das pessoas; e ao meio rural, como o lugar do atraso, da miséria, da ignorância e do não desenvolvimento. Essa mesma visão induz os educadores e muitos outros sujeitos do campo e da cidade a acreditarem que o modelo de escola seriada urbana seja a referência de uma educação de qualidade para o campo e para a cidade; e que sua implementação nas escolas multisseriadas do campo seja a solução mais viável para superar o fracasso dos estudantes nestas escolas.

Essa visão dicotômica dos dois ambientes reforça as diferenças existentes e ignora as particularidades concernentes ao povo campesino, normalmente tão carente de ações governamentais que lhes garantam o acesso aos direitos básicos do cidadão, como o direito à uma educação adequada. Na verdade, essa visão reforça o estereótipo que vem se prolongando ao longo dos anos de que o espaço rural é um lugar de pessoas ignorantes e atrasadas.

Esse cenário se reflete nos programas propostos para essa modalidade de ensino. O único implementado é o Programa Escola Ativa, um programa implantado pelo Ministério da Educação a partir de 1997, cujo objetivo era proporcionar melhorias na qualidade do desempenho escolar em classes multisseriadas, consideradas como uma das realidades mais precárias do país. Dentre suas principais diretrizes, destacam-se:

A apoiar os sistemas estaduais e municipais de ensino e melhoria da educação nas escolas do campo com classes multisseriadas, fornecendo recursos pedagógico e de gestão;

Fortalecer o desenvolvimento de propostas pedagógicas e metodologias adequadas a classes multisseriadas;

Realizar formação continuada para os educadores envolvidos no programa em propostas pedagógicas e princípios políticos pedagógicos voltados às especificidades do campo;

Fornecer e publicar materiais pedagógicos que sejam apropriados para o desenvolvimento da proposta pedagógica. (BRASIL, 2009, p.13)

Uma das propostas do programa é proporcionar uma formação continuada e remuneração aos professores e professoras que trabalham com esse tipo de classes, além de tentar adotar uma prática pedagógica que leve em conta as características do meio rural, garantindo a inserção e a permanência nas escolas dos indivíduos que nela residem.

Contudo, o êxito do programa está longe de ser concretizado. Os problemas são bem maiores do que parecem. Geralmente, as escolas do campo apresentam péssimas estruturas físicas e professoras que muitas vezes fazem papel de diretor, servente e merendeira. Muitas dessas classes funcionam em barracões improvisados, salões paroquiais, onde as salas não possuem ventilação, não existe material pedagógico, ou seja, funcionam sem qualquer tipo de estrutura física e pedagógica que facilite o trabalho dos docentes. Diante de tantas dificuldades, o sucesso da aprendizagem fica comprometido. O resultado é número elevado de evasão escolar e analfabetismo, o que contribui negativamente para o crescimento e desenvolvimento do país.

2.2. As dificuldades dos docentes

O quadro das turmas seriadas no Brasil é bastante desolador, e quando se fala em salas multisseriadas além dos problemas que enfrentam as escolas da zona rural, somam-se outros como a dificuldade de acesso para chegar às escolas, a precariedade dos prédios, a escassez de material pedagógico, o planejamento das aulas. Para Pereira (2002, P.39):

A situação contemporânea nas escolas rurais é a seguinte: professores semiqualeificados, ou não qualificados; baixos salários para os professores, falta de coordenadores, supervisores, orientadores para os alunos; alunos de diferentes idades e níveis tendo que dividir a mesma sala de aula; construções escolares com uma ou duas salas de aula em condições precárias; falta de material de apoio adequado, equipamento inadequado; difícil acesso às escolas, e o não cumprimento

da lei que estabelece a educação compulsória para toda a população entre 7 e 14 anos de idade. Sob essas condições fica fácil entender os grandes índices de repetência, evasão escolas, e a discrepância entre idade e série cursada pelos alunos, entre outros indicadores.

Vimos, então, que o ensino no campo se apresenta em um caos, fazer educação em um ambiente como esse requer que as professoras sejam versáteis e busquem estratégias que superem tantas dificuldades. No atual contexto da educação brasileira é inegável a desvalorização dos professores da rede pública de ensino, os problemas que enfrentam vão desde salários baixos, falta de projetos de qualificação profissional, acúmulo de carga horária, e até a violência. Os problemas são inúmeros, mas mesmo assim muitos profissionais permanecem em salas de aula, uns por amor à profissão, outros por não terem outra fonte de renda. No entanto, ao trabalhar em um sistema que se apresenta tão precário é natural que na vida do docente surjam vários problemas tanto nos aspectos físicos quando nos psicológicos. Esses problemas se refletem diretamente na sua atuação dentro de sala de aula. Vale ressaltar, que as professoras quando lotadas na zona rural, ficam de certa forma esquecidas pelas Secretarias, o que contribui para o sentimento de desvalorização que esse profissional carrega. No ensino multisseriado um dos maiores problemas é a falta de formação profissional dos docentes. Além disso, mesmo se caracterizando por ser um trabalho difícil e cheio de desafios a baixa remuneração desses profissionais é outro ponto a ser discutido. É fato que no Brasil, o salário pago aos profissionais da educação é sempre inadequado e injusto, quando se fala em turmas multisseriadas a injustiça é ainda maior.

O que acontece nessas turmas é a desvalorização e sobrecarga do trabalho do docente, que por muitas vezes para atender às exigências das Secretarias, desempenha não somente o papel do educador como também o de merendeiro e faxineiro. Está é uma realidade que não está centrada apenas em determinada região do país, mas em todas as regiões nas quais a população da zona rural tenha acesso à educação. Sobre isso Hage (2006, p. 4):

Os professores se sentem angustiados quando assumem a visão de multissérie e tem a elaborar tantos planos estratégias de ensino e avaliação diferenciados quanto forem as séries reunidas na turma; ação esta fortalecida pelas Secretaria de Educação quando definem encaminhamentos pedagógicos e administrativos padronizados.

Ou seja, o que muitas Secretarias ignoram, ou fingem ignorar, é o fato das especificidades de cada aluno dentro dessa turma, criar planos de aulas padronizados é ignorar as particularidades, o

tempo de aprendizagem, a vivência de cada aluno. Para que a aprendizagem tenha sucesso é preciso que todos os envolvidos no processo trabalhem em conjunto, professoras, pais, coordenação e alunos. É essencial que a coordenação pedagógica ofereça apoio ao professor, este por sua vez, deverá desenvolver uma prática pedagógica que abranja as particularidades de cada aluno, bem como sua experiência de vida. Para isso, ele deverá se preocupar em realizar planos de aula diferenciados e direcionados para cada série.

Este é outro desafio para as professoras, pois além de elaborar planos de aulas que contemplem cada turma atendida, esse planejamento deverá ser feito de maneira a contemplar a realidade na qual os estudantes estão inseridos. Como sabemos, o plano de aula é parte fundamental para o desenvolvimento da aprendizagem. Segundo Libâneo (1994, p. 222):

O planejamento escolar é uma tarefa docente que inclui tanto a previsão das atividades didáticas em termos de organização e coordenação em face dos objetivos propostos, quanto a sua revisão e adequação no decorrer do processo de ensino. O planejamento é um meio para se programar as ações docentes, mas é também um momento de pesquisa e reflexão intimamente ligado à avaliação.

Desta forma, o planejamento escolar é essencial para que o docente alcance um maior rendimento dos alunos. É o plano de aula que norteará o trabalho do professor, e é a sua utilização que permitirá o acompanhamento da turma e que permitirá que sejam feitas as adequações, podendo ser alterado ou não, de acordo com o andamento da turma e suas necessidades. Sem um plano de aula, o docente costuma improvisar as aulas, o que pode fazer com que estas se tornem cansativas e monótonas, desestimulando o aluno e atrapalhando o processo de ensino aprendizagem. Elaborar um plano de aula que aborde os aspectos nos quais o aluno esteja integrado é um dos passos para o êxito da aprendizagem. O professor que trabalha com esse tipo de classe deverá executar um trabalho minucioso, preocupando-se em selecionar os conteúdos que serão abordados em sala de aula. Santos (2015, p.73, enfatiza que os professores que trabalham nesse contexto educacional, “ sentem o peso de carregar a responsabilidade de exercer suas práticas docentes dentro de salas de aula com alunos de faixa etária e séries diferentes, sendo alunos do 1º ao 5º ano”.

Outro ponto a ser ponderado é que a carência de carência de material pedagógico adequado e falta de estrutura colaboram para que seja mais difícil se trabalhar com alunos de várias faixas-etárias e diferentes níveis de conhecimento dificultando ainda mais o desenvolvimento de aprendizagem dos

alunos. Tal fato contribui para a insatisfação tanto de alunos quanto de professoras. Sem falar ainda no currículo para essas turmas que simplesmente é inexistente.

Ferri (1994, p. 67), ao pesquisar as classes multisseriadas nas áreas rurais, apresenta algumas limitações que as professoras afirmam ter ao lecionarem em classes multisseriadas. São elas:

- O professor sente solidão e está, de fato, isolado;
- Há dificuldade de atendimento individual aos alunos;
- As crianças têm dificuldade em se adaptarem à 5ª série;
- O professor acumula cargos: é também merendeiro, faxineiro, diretor, secretário;
- Existem dificuldades de acesso ao material didático e às bibliotecas;
- Atender quatro séries ao mesmo tempo é muito trabalhoso;
- As crianças de 1ª série, no processo de alfabetização, são muito prejudicadas, pois não têm a atenção de que necessitam;
- Planejar para quatro séries, fazer quatro planos por dia é demais;
- A aprendizagem das crianças parece mais lenta, porque é muito dificultada pelo contexto em que elas vivem. Elas quase não têm acesso a livros, quase nunca saem da comunidade;
- O professor, que não mora na comunidade, não tem tempo de conhecer melhor a comunidade e seus alunos. Se depender de ônibus, quase não tem tempo nem para dar o período de aula, pois precisa utilizar-se do único transporte da região que sai no mesmo horário de aula;
- São crianças muito diferentes entre si. Há crianças de 7, de 13, de 14 anos. Os grupos são muito heterogêneos.

Ao analisar as limitações afirmadas pelos professores, Ferri (1994) caracteriza-as em três problemas fundamentais:

- 1) A compartimentalização, a divisão em partes cada vez menores, cada vez mais específicas para serem mais bem analisadas é o pressuposto que norteia a divisão dos alunos, das tarefas, dos conteúdos, do conhecimento.
- 2) A organização escolar das classes multisseriadas – igual a outras organizações escolares – submete-se a uma determinada estrutura e funcionamento. [...] Esta organização, que desrespeita as peculiaridades das classes multisseriadas, agrava e cria a precariedade que se percebe nas práticas pedagógicas.

3) A impregnação do ideário escolanovista e de algumas contribuições da psicologia na prática escolar, que mantém a ideia de que as aprendizagens são individuais e ocorrem, particularizadamente, em cada indivíduo. Este dado leva as professoras a desejar tempo para poder sentar e trabalhar com cada criança em particular, pois estariam desta forma evitando que dificuldades ou não-aprendizagens acontecessem (p. 70-73).

2.3. A importância da alfabetização na vida escolar do aluno

Aprender a ler e a escrever significa adquirir uma tecnologia, a de codificar em língua escrita (escrever) e de decodificar a língua escrita (ler). Porém, somente adquirir não é o suficiente, é necessário se apropriar dela, fazer uso das práticas sociais de leitura e de escrita, articulando-as ou dissociando-as das práticas de interação oral, dependendo de cada situação vivida. Isso quer dizer que não basta uma criança ser alfabetizada, ela precisa se tornar letrada. Dentro dos Parâmetros Curriculares Nacionais a leitura tem papel fundamental no desenvolvimento do aluno, pois, o domínio sobre ela irá se refletir em todas as outras disciplinas. Dentro desse contexto, é fundamental sua prática dentro da sala de aula tenha como o objetivo formar leitores e, conseqüentemente, produtores de diversos tipos de textos. Caberá ao professor, portanto, encontrar maneiras de despertar no aluno o interesse pela leitura, tendo em vista as necessidades de cada um. Segundo as orientações dos PCNs de Língua Portuguesa de 5ª a 8ª série (1998, p. 15):

Um leitor competente é alguém que, por iniciativa própria, é capaz de selecionar, dentre os trechos que circulam socialmente, aqueles que podem atender a uma necessidade sua. Que consegue utilizar estratégias de leitura adequada para abordá-los de formas a atender a essa necessidade.

Isto é, para se tornar um leitor competente não basta somente apropriar-se da leitura, é necessário que o aluno saiba utilizá-la de acordo com suas necessidades e entender o que está lendo. Pelas recomendações dos PCNs, no aprendizado inicial da leitura a primeira abordagem a ser excluída é aquela que vê a leitura simplesmente como decodificação de códigos. Por causa dessa formação deficitária, temos milhares de leitores que apenas sabem decodificar qualquer tipo de texto, porém não atribuem nenhum sentido a eles. Nesse caso, os leitores passam a ser analfabetos funcionais, ou seja, alunos capazes de decodificar um texto, mas incapazes de interpretá-los.

A prática da leitura é que promoverá um resultado eficiente. É a leitura de diversos textos que irá facilitar o processo de ensino-aprendizagem. É necessário que o professor desperte no aluno o prazer pela leitura. Sendo assim, o docente terá que ir além da leitura presente nos livros didáticos. Este, deverá utilizar-se de diversos tipos de textos, além de conhecer seus alunos, tendo em vista a diversidade cultural presente em sala de aula. Deverá também despertar o gosto, o interesse e o prazer pela leitura, fazendo assim com que os educandos construam espontaneamente o hábito de ler. Ampliando assim, seu vocabulário, sua escrita, bem como seu desenvolvimento sociocultural. A leitura vai além, e tem um papel fundamental para o êxito em todas as disciplinas. E seu papel vai além da esfera escolar, sendo responsável pelo bom desenvolvimento de suas relações sociais.

Nesse contexto, é importante que a escola disponibilize meios para que o professor desenvolva plenamente sua tarefa, por exemplo, criar projetos de leitura, biblioteca, salas de leitura, concursos e atividades que envolvam o aluno dentro desse contexto, ou seja, é de fundamental importância que a escola crie meios para que a constante prática da leitura se realize. Os PCNs de Língua Portuguesa de 5ª a 8ª (1998, p.17):

Para tornar os alunos bons leitores — para desenvolver, muito mais do que a capacidade de ler, o gosto e o compromisso com a leitura —, a escola terá de mobilizá-los internamente, pois aprender a ler (e também ler para aprender) requer esforço. Precisar fazê-los achar que a leitura é algo interessante e desafiador, algo que, conquistado plenamente, dará autonomia e independência. Precisar torná-los confiantes, condição para poderem se desafiar a “aprender fazendo”. Uma prática de leitura que não desperte e cultive o desejo de ler não é uma prática pedagógica eficiente.

Mas essa é uma realidade utópica na zona rural, se proporcionar meios para se apropriar de leitura já é um caso complicado nas escolas da zona urbana, que dirá nas da zona rural, onde o que predomina é a falta de políticas públicas que favoreçam essa população. O fato é que apesar do disposto nos diversos documentos oficiais, a realidade dessas escolas é bem diferente. Poucos são os recursos dirigidos à essas escolas, o que se reflete diretamente no ensino dos alunos. Geralmente, as escolas dessas regiões funcionam em prédios com no máximo 4 salas que devem servir como salas de aula, diretoria, cozinha, refeitório, isso na melhor das hipóteses, pois muitas funcionam em apenas uma sala de aula, outras em igrejas ou em galpões. Falar em biblioteca, em sala de leitura em escolas desse tipo é falar de utopias. Para Waldemar (2009, p.39):

O professor sente dificuldade em ensinar crianças de todas as séries, o que limita a aprendizagem nas classes multisseriadas. Nesse espaço escolar, a leitura torna-se difícil devido à quase ausência de livros e bibliotecas. Além disto as atividades extraclasse não são realizadas, porque as crianças frequentemente trabalham na lavoura.

Mas, a prática de leitura nessas comunidades não é tarefa fácil, estamos falando de uma realidade em que o que predomina é a ausência. Ausência de bibliotecas, de livros didáticos e paradidáticos, ausência de infraestrutura, e ainda de professoras que se preocupem em mudar a realidade daquelas crianças, e os que se preocupam ainda terão que se desdobrar para conseguir no tempo disponível suprir as necessidades intelectuais de cada aluno. Além disso, o descaso dos pais com a educação dos filhos e a necessidade que muitos têm de ajudar seus pais na lavoura dificultam ainda mais o processo de ensino. Apresentar um trabalho de qualidade e êxito dentro dessas condições é tarefa bastante árdua. Além de todos esses pontos negativos, existe ainda o trabalho com as crianças que vivem uma realidade bastante diferente daquela em que vivem os alunos da zona urbana. Muitos vivem em condições precárias, apresentando muitas necessidades, e com uma qualidade de vida baixíssima. A maioria nunca teve contato com computadores e *tablets*, a tecnologia mais próxima está nas televisões. De acordo com Waldemar (2009, p.36)

A realidade destes professores de classes multisseriadas é marcada pelos grandes desafios dos que assumem a tarefa árdua de educar alunos de quatro séries ao mesmo tempo, preparar merenda, cuidar da higiene da classe escolar e planejar suas atividades. E essa realidade é um obstáculo para uma educação de qualidade.

Ou seja, para trabalhar com essas turmas, o professor deve ser bastante versátil. Afinal, o trabalho desses profissionais não se resume apenas em ministrar aulas, a maioria se desdobra em tarefas que vão desde o preparo da merenda, passando pela limpeza da escola e até realização das aulas. Logicamente, com tantos afazeres o trabalho fica comprometido. Alfabetizar um indivíduo não significa apenas ensinar um código linguístico, o verdadeiro professor alfabetizador é também um pesquisador, um incentivador. Ele precisa estudar o seu aluno, buscar saber como a criança pensa e apreende os conhecimentos que sua realidade traz, para que possa atuar nesse contexto. Não há receitas prontas, fórmulas de sucesso a serem transplantadas em uma realidade multifacetada, rica e diversa da outra, com pessoas distintas e diferentes. Assim, a proximidade com o aluno é fundamental para o desenvolvimento da alfabetização. Conhecer suas particularidades, seu modo de pensar, o meio em que vivem, usar esse conhecimento e aplicar na sua metodologia irá tornar seu trabalho mais

eficaz. Portanto, criar um vínculo com esses indivíduos é fundamental para facilitar o ensino. Segundo Serrão (1999, p. 32):

O vínculo afetivo que o facilitador estabelece com o grupo deve ter um caráter libertador, que permita a expressão de questões pessoais e conduza à autonomia, abrindo espaço para novos questionamentos, quebrando preconceitos e impedindo que os rótulos se tornem permanentes e os papéis fixos.

Sendo assim, é necessário que o professor construa uma relação afetiva com seus alunos. A afetividade permite um maior diálogo, a confiança, a troca de informações, e, por conseguinte, permite uma grande interação entre professor e aluno, auxiliando e facilitando tanto o convívio em classe, quanto a obtenção do conhecimento por parte dos discentes. Conforme Libâneo (1994, p. 253):

A motivação dos alunos para a aprendizagem, através de conteúdos significativos e compreensivos para eles, assim como de métodos adequados, é fator preponderante na atitude de concentração e atenção dos alunos.

Vale ressaltar, a importância de conhecer seus alunos, suas dificuldades e suas particularidades, pois, isto irá permitir que o professor utilize uma metodologia que se aproxime da realidade em que esses estudantes vivem, facilitando a aprendizagem dos mesmos.

Outra dificuldade apontada no estudo de Ferri está ligada à família, que não participa da vida escolar das crianças, por serem analfabetos, ou porque acreditam que ensinar é responsabilidade apenas da escola, ou ainda porque o trabalho impede o acompanhamento dos filhos na escola. Ademais, a autora também aponta que diversas tarefas são executadas pelo professor para manter a infraestrutura da escola, dificultando a dedicação exclusiva ao ensino. (cf. Waldemar.2009, p.36)

Esse foi um dos pontos que pude observar durante minha experiência, é impressionante o descaso que os pais têm com a educação de seus filhos. Muitos deles são analfabetos e para eles o trabalho é bem mais importante e lucrativo do que a educação. Nas suas mentalidades, o que irá garantir o sustento da família é o trabalho na lavoura, portanto, a educação de seus filhos deve ficar em segundo plano. A ausência dos pais na vida escolar de seus filhos é justificada de várias maneiras, sendo as mais comuns, o trabalho no campo e o dever de ensinar que – segundo eles – cabe apenas ao professor. Isso serve para que muitos fujam da responsabilidade de ajudar seus filhos em tarefas simples como os deveres de casa. Mudar esse modo de pensar já tão arraigado nessas pessoas é quase

impossível. E, ao tentar mudar essa visão, muitas vezes o professor acaba sendo mal interpretado, o que acaba gerando uma série de atritos e comprometendo os resultados em sala de aula.

Fazer uma educação de qualidade em meio a tantos problemas e conseguir alfabetizar essas crianças é tarefa para poucos.

3. EXPERIÊNCIA PESSOAL

Minha experiência como docente em classes multisseriadas, teve início no ano de 1999 na Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental “Pedro Lopes Barbosa”, uma pequena escola situada na zona rural de Igarapé-Açu, Pará.

Esta área era conhecida como Travessa do Norte, um pacato povoado que se formou a partir da necessidade de pescadores e agricultores que precisavam do rio para sua sobrevivência. O peixe era o alimento mais presente na mesa daquelas poucas famílias, a maioria formada por retirantes nordestinos, que construíram suas casas – não mais do que quinze - e ali fizeram as suas vidas, organizaram famílias e uma pequena comunidade. Além do pescado; o junco (capim), que existia em fartura nas margens do Rio (Campo Supriano), vinha como ajuda financeira, já que existia em fartura e era matéria prima para produção de suadores, esteirões e para a construção de cangalhas para colocar na costa de cavalos e carregar carga.

A agricultura praticada era a de subsistência. A farinha produzida servia tanto para o consumo, quanto para a venda, o dinheiro obtido com as vendas era utilizado para comprar utensílios domésticos como sabão, óleo, sal, fósforo e outros. Apesar de pacata, a comunidade atraía muitas pessoas da vila mais próxima São Luís, que iam banhar-se nas águas dos rios que cercavam aquela região. O povoado se reunia para comemorar as festas como casamentos, festas religiosas e para além das partidas de futebol.

O cristianismo era a religião oficial, muito difundida entre os católicos e evangélicos deixando um espaço pequeno para o candomblé e outras crenças – o mito mais conhecido era o “Zé” virava canoa, que de acordo com a lenda mexia nas plantações das roças, assombrava, protegia e divertia.

De acordo com relatos, a escola demorou a ser construída naquela região, pois a educação não era prioridade naquele povoado. Pelo que foi escutado, a situação inicial da escola não era muito diferente da atual. Sempre apresentava muita precariedade, e contava com o esforço das professoras,

que faziam as vezes de docente, servente e merendeira. O ensino sempre foi o multisseriado, o que tornava o trabalho mais difícil.

Hoje, resta pouco dessa história, duas ou três casas de moradia, a única escola encontra-se fechada, o resto das terras foram todas vendidas. Pelo visto, apesar do esforço das professoras que por ali passaram a educação não conseguiu transformar aquele lugar, que se perdeu em meio ao esquecimento de quem não trata a educação como prioridade.

Com relação ao espaço físico, a escola apresentava uma situação bastante precária. Havia apenas uma sala. Esta, era o único espaço físico e servia como sala de aula, depósito dos materiais didáticos, limpeza; e também dos objetos de uso da cozinha (panelas, pratos, colheres, copos e outros). As cadeiras estavam em péssimo estado, o quadro negro precisava ser substituído e a mesa da professora servia tanto para o uso da professora quanto para ser utilizada na hora do lanche.

A situação da escola, contrariava enfaticamente o que está disposto nos documentos oficiais quando discorrem sobre a educação no campo, afinal, a legislação brasileira oferece base legal para a implementação de políticas públicas que atendam as particularidades da vida rural.

Na figura abaixo vemos a fachada da escola. Atualmente, ela não está mais em funcionamento. Apesar das marcas de desgaste, ela ainda mantém a mesma estrutura que tinha na época de minha experiência como docente. Observando a fotografia, pode-se perceber o tamanho da escola, e ainda, imaginar a precariedade que cercava a prática docente nesta escola. A escola era composta por 1 sala que na época servia de copa, sala de aula e depósito. Não era forrada, e nem tinha banheiro. A água que usávamos para preparar a merenda e outras utilidades era carregada em baldes e para isso tinha que se caminhar cerca de 1 quilômetro para ser recolhida.



Figura 1: Fachada da escola Municipal Pedro Lopes Barbosa

Dados: Fonte da pesquisa

Isso contrariava enfaticamente as leis que dispõem sobre a educação, pois, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9394/96 (LDBEN), os sistemas de ensino devem promover as adaptações necessárias para que a educação básica seja ofertada adequadamente, indicando a possibilidade de definirmos o currículo, a organização da escola, o calendário escolar e metodologias considerando às necessidades dos estudantes face às especificidades do ciclo agrícola, a fim de garantir a permanência desse aluno na escola, e criar condições para que se desenvolva plenamente para o exercício do trabalho.

Em consonância com a LDBEN, as “Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo” oportunizam a elaboração de políticas públicas que afirmem a diversidade cultural, política, econômica, de gênero, geração e etnia presente no campo. Elas foram aprovadas pela Resolução CNE/ CEB nº 1, de 3 de abril de 2002, da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, constituindo-se num conjunto de princípios e procedimentos que visam legitimar a identidade própria das escolas do campo, que deve ser definida, numa vinculação estreita com sua realidade existencial, referenciando-se na temporalidade e saberes próprios dos povos do campo, em sua memória coletiva, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais. A Resolução indica, que o Poder Público deve garantir a universalização do acesso da população do campo à Educação Básica e à Educação Profissional; proporcionar Educação infantil e Fundamental nas comunidades rurais, inclusive para os que não concluíram na idade prevista; e que os sistemas de ensino, através de seus órgãos normativos, devem regulamentar estratégias específicas de atendimentos escolar do campo, salvaguardando, os princípios da política da igualdade.

No início, imaginei que iria trabalhar em uma série na qual já estava acostumada a trabalhar. Pois, não havia sido informada que trabalharia dessa forma, nem sobre a faixa etária das crianças, nem as séries nas quais estavam inseridas. Foi com enorme surpresa que recebi a notícia de que iria trabalhar em uma turma multisseriada. Jamais imaginei que trabalharia em uma turma desse tipo. Assim, sem esconder a tristeza e a preocupação parti para meu primeiro dia de aula.

No primeiro dia observei os alunos e os notei um tanto desconfiados; situação própria de qualquer ser humano ao se deparar com o desconhecido. E no momento, era isso que eu representava para eles: o desconhecido. No Magistério não nos preparam para trabalhar dessa forma. A partir desse momento, uma triste realidade começou a se delinear em minha mente. E agora era eu que começava a temer o desconhecido e o fracasso.

Ao encerrar as atividades do dia, procurei o diretor da escola, pois, mesmo com minha formação profissional, percebi que me encontrava perdida. Apesar dos anos de estudo, nada havia me preparado o suficiente para trabalhar daquela forma e naquelas condições. Estava eu perante uma das realidades da educação brasileira.

Ao encontrar o diretor partilhei com ele meus anseios, procurava uma saída, um auxílio, falei de minha falta de experiência com esse tipo de alunado, o diretor me incentivou, mas nas entrelinhas de nossa conversa, percebi que eu teria que encontrar sozinha, uma maneira de trabalhar com aqueles alunos. Crianças de várias faixas etárias, com suas especificidades e suas dificuldades.

Sobre essa questão Barros e Lima (2013, p. 258) ressaltam que: "A história da educação brasileira, na perspectiva de políticas públicas para o meio rural, evidencia o quanto essa educação é negligenciada pelo Estado". Uma retrospectiva histórica nos indica que, embora a sociedade brasileira até o início do século XX fosse predominantemente agrária, os textos constitucionais de 1825 a 1891 sequer mencionaram a educação rural, evidenciando o descaso dos dirigentes e das matrizes políticas e culturais centradas nas ideias educacionais europeias. Assim, a escola no meio rural surge tardia e descontinuamente.

O desespero e a insegurança eram grandes e tomavam conta de mim. Qual seria a maneira mais prática de se trabalhar o mesmo conteúdo com todas aquelas crianças e como transmitir de forma clara aquele conteúdo? Encontrava-me sem rumo e direção. Pois, a minha formação no Magistério não era para lidar com esse tipo de modelo de ensino, chamado multisseriado. No Magistério se formam professores e professores para desenvolverem um trabalho em turmas por série (seriado). Portanto, não possuía experiência nenhuma com esse outro tipo de método educacional.

Com o passar dos dias, fui aos poucos buscando me adequar à realidade daqueles alunos. As crianças que ali estudavam eram muito humildes, a maioria morava próximo à escola, contudo, haviam crianças que precisavam fazer longas caminhadas para chegarem até à escola. Durante as aulas, procurava me aproximar da realidade daqueles alunos. Muitos vinham de casa sem qualquer tipo de higienização. Cortar as unhas, dar banho e escovar os dentes eram alguns dos trabalhos que eu realizava com aquelas crianças, sem falar na infestação de pulas e piolhos que as algumas crianças apresentavam.

Percebi que para desenvolver um bom trabalho, seria fundamental me aproximar daquelas crianças, do mundo em que estavam inseridas, da realidade em que viviam, que agora era também a minha realidade. Para Libâneo (1994, p. 250):

A integração professor-aluno é um aspecto fundamental da organização da “situação pedagógica”, tendo em vista alcançar os objetivos do processo de ensino: transmissão e assimilação dos conhecimentos, hábitos e habilidades. Entretanto, esse não é o único fator determinante da organização do ensino, razão pela qual ele precisa ser estudado em conjunto com os outros fatores, principalmente a forma de aula (atividade). Dois aspectos da interação professor-aluno no trabalho docente: os aspectos cognoscitivos e sócio emocional.

De acordo com o autor é importante que haja uma relação de confiança e afetividade entre professor e aluno. É fundamental que o professor construa uma relação afetiva com seu aluno, desta forma, isso será um estímulo a mais para que este aluno frequente as aulas. Nesta realidade tão dura e escassa, na qual o aluno está inserido, um vínculo afetivo entre professor e aluno pode ser um elo que proporcione ao aluno um incentivo para aprender.

Portanto, para conseguir um bom resultado, eu deveria me aproximar da realidade daquelas crianças e construir uma relação de troca e confiança, e principalmente, afetividade. Essa interação seria fundamental para obter resultados positivos no desenvolvimento da aprendizagem.

Assim, procurei ajuda, buscando auxílio de colegas e do diretor. Mas não recebi nada em troca a não ser palavras de incentivo e encorajamento. Em minha cabeça surgiam muitas dúvidas, além da insegurança em desenvolver um bom trabalho com aqueles alunos. Por fim, percebi que para realizar alguma experiência positiva, eu mesma teria que criar estratégias para isso. Hage (2006, p.4) enfatiza que as angustias que sentem os professores de multisseriada, acabam por interferir no processo de ensino-aprendizagem, e os responsáveis por esse setor de ensino nada fazem para reaver essas necessidades sofridas que afligem professor e aluno, simplesmente cobram um bom trabalho.

Desta forma, comecei a criar estratégias e a desempenhar atividades de acordo com os níveis que ali se apresentavam. Havia alunos do Pré-escolar I, II, III; 1ª, 2ª e 3ª séries. O mais difícil era buscar algo atrativo, que fosse útil para todos e que se obtivesse pelo menos um bom resultado. Para Salomão Hage (2006, p.309):

Os professores enfrentam dificuldades em realizar o planejamento nas escolas multisseriadas, porque trabalham com muitas séries ao mesmo tempo, envolvendo estudantes de diversas faixas etárias, interesses e níveis de aprendizagem. A alternativa mais utilizada para solucionar o problema e viabilizar o planejamento numa situação dessa natureza tem sido seguir as indicações do livro didático, sem, contudo, atentar com clareza para as implicações curriculares resultantes dessa atitude, uma vez que esses materiais didáticos impõem a definição de um currículo deslocado da realidade e da cultura das populações do campo da região.

Identificamos ainda as angústias sentidas pelos professores ao organizar o trabalho pedagógico justamente porque assumem a visão da multissérie enquanto "junção de várias séries ao mesmo tempo e num mesmo espaço", passando a elaborar tantos planos de ensino e estratégias de avaliação da aprendizagem diferenciados quantas forem as séries presentes em sua turma.

Essa é uma das maiores dificuldades pelas quais passam os profissionais que trabalham com esse tipo de classes. Ao lidar com várias séries diferentes, os docentes precisam elaborar planos de aulas que contemplem cada turma, isso acaba trazendo alguns problemas para o professor, que podem ir desde o aspecto físico quanto ao psicológico. A professora desempenha vários papéis, os problemas surgem de todos os cantos, os desentendimentos com os pais, os planos de aulas diferenciados, a carga horária exaustiva, muitas precisam andar longas distâncias para chegarem à escola. Elas são mulher, mãe, professora, conselheira, coordenadora, merendeira ou qualquer outro tipo de papel que supram as necessidades dessa população. A tudo isso, somam-se ainda as exigências feitas pelas secretarias de educação, que exigem o cumprimento de horários e de planos de aula sempre distante da realidade em que vivem.

Sem outra alternativa, iniciei minha rotina naquela nova realidade. Comecei a buscar métodos que facilitassem a aprendizagem, tentando aproximá-las ao máximo do mundo que as cercava. Por exemplo: se eu fosse falar sobre animais, eu os apresentava, lia um pequeno texto sobre aquele conteúdo, somente após essa interação é que iniciávamos a aula. Nos primeiros dias, a aula transcorria da seguinte forma: para o Pré-escolar - I, eu levava desenho para pintura, já para o Pré-escolar II, atividade com pontilhado e pintura, e para o Pré-escolar III apresentava uma atividade de ligar os pontos para saber o que tinha ali escondido, depois a pintura da figura. Com a 1ª e a 2ª série passava atividades com recorte, colagem e leitura; para a 3ª série atividade de como identificar os animais e apresentar para os colegas. Após a realização das atividades, fazia um apanhado geral com todas as atividades. Mas o tempo não era suficiente para mim, pois as crianças da pré-escola requerem uma atenção diferenciada. Muitas vezes eu tinha que dar banho, levá-las ao banheiro, limpá-las. Isso fazia com que o tempo dispensado às outras crianças fosse menor.

Com relação ao uso de ferramentas de aprendizagem, os alunos tinham acesso ao livro didático, porém, seu uso era restrito, visto que, seu manuseio era apenas visual, pois não podiam ser rabiscados. Além dos livros, as crianças não tinham acesso a outra ferramenta de aprendizagem.

Muitas vezes era necessário fugir do conteúdo programático exigido pela direção. Assim, fui desenvolvendo estratégias que facilitassem a aprendizagem, para isso utilizava jornais, revistas,

tentando aproximar os alunos àquele mundo até então desconhecido. A situação dos alunos era bastante humilde nenhum deles possuía materiais como cola, lápis de cor, ou tesoura, então eu mesma comprava os materiais para que eles pudessem realizar as tarefas propostas. A merenda escolar quando tinha era de péssima qualidade. A servente andava três quilômetros para pegar água para os alunos beberem e para o preparo da merenda.

Um fato agravante era o posicionamento da direção da escola com relação as práticas pedagógicas, afinal, eles também não tinham experiência nenhuma com essa forma de ensinar. Mesmo assim, exigiam dos docentes que o conteúdo programático fosse repassado à turma, demonstrando ainda um certo descaso com a necessidade de aprendizagem dos alunos. Segundo Hage (2006, p. 4):

Os professores da multissérie se sentem pressionados pelo fato das secretarias de educação definirem encaminhamentos padronizados no que se refere à definição de horário do funcionamento das turmas e ao planejamento e listagem de conteúdos, reagindo de forma a utilizar sua experiência acumulada e criatividade para organizar o trabalho pedagógico com as várias séries ao mesmo tempo e no mesmo espaço, adotando medidas diferenciadas em face das especificidades de suas turmas.

Diante dessas premissas, vale ressaltar que o papel do educador é de apenas cumprir o planejamento pedagógico, não se importando com a verdadeira necessidade para com aquele aluno e suas especificidades. Uma das maiores preocupações das secretarias é cumprir as metas estabelecidas pelo governo, assim, pressionam os professores a cumprirem normas e calendários escolares, não se preocupando em elaborar um currículo que satisfaça as exigências intelectuais dos alunos.

Esse é um ponto bastante interessante quando se trata dessas séries, pois as secretarias de educação não conhecem a realidade daqueles povoados, daqueles alunos, e exigem que suas determinações sejam cumpridas. Simplesmente ignoram o fato de que cada aluno carrega suas especificidades, e que cada um deles necessita de um atendimento diferenciado. Ao exigir o cumprimento de suas normas, as secretarias acabam sendo um entrave para o sucesso do ensino naquelas séries.

No início, caminhava mais de oito quilômetros até chegar à escola. Tinha como companhia a servente da escola, que morava próximo à minha nova residência. Na volta, o caminho era tão extenso e cansativo, que muitas vezes nos permitíamos fazer uma parada para tomar um banho de igarapé.

Muitas vezes fazíamos o caminho com fome, pois nem sempre havia merenda na escola. Finalmente, após alguns meses pude comprar uma bicicleta. Agora, o trajeto parecia menor, menos cansativo.

Além de enfrentar todas essas dificuldades, com o passar do tempo, também passei a conviver com os comentários maldosos que cercam a vida de uma pequena vila da zona rural, um deles era sobre minha frequência nas aulas, outro sobre a minha atuação como professora. Mas quando tais comentários foram ao extremo e ameaçaram prejudicar minha imagem perante a comunidade, foi necessário conversar com o diretor e demonstrar meu comprometimento e idoneidade para com o trabalho que eu estava disposta a executar. Após os devidos esclarecimentos, continuei o trabalho no qual estava empenhada em realizar.

Durante essa experiência, posso destacar que um dos problemas existentes e persistentes nesta modalidade de ensino é o fato de que quando os alunos cursam diferentes séries, e ao mesmo tempo têm idades diferentes há o comprometimento com o desenvolvimento da aprendizagem da leitura e escrita, pois nem todos os alunos conseguem obter um bom desempenho.

A atuação do professor irá refletir diretamente na aprendizagem desses alunos. Contudo, não é fácil repassar conteúdos tão diferenciados para uma turma tão diversificada, pois além da diferença de idade e série, ainda existem aspectos comportamentais e psicológicos que interferem no processo de ensino-aprendizagem.

Elaborar uma aula para os alunos do 4º e 5º anos é uma tarefa bastante diferente de se elaborar uma aula para os alunos da Pré-escola, ou mesmo para os alunos dos 1º, 2º e 3º anos. As necessidades são diferentes, o aprendizado também.

Desta forma, para que o docente obtenha êxito em sua prática pedagógica é fundamental estar preparado para os desafios que surgem. Portanto, é necessário formar professores e professoras capacitados. Mas o Poder Público não está preocupado com a aprendizagem desses alunos, e sim em mantê-los na escola.

Depois de desenvolver várias estratégias, consegui fazer com que aprendessem a escrever seu nome e copiassem o pouco conteúdo que eu colocava no quadro. Contudo, no final do ano letivo, após tantas dificuldades, alguns alunos conseguiram passar para outra série conhecendo as letras, as sílabas e formando palavras, isso foi muito gratificante.

No ano de 2003 fui lotada em uma outra escola que ficava a 18 km de uma vila chamada “Travessa do 24”. O espaço físico desta escola não era muito diferente da anterior. Ou seja, tinha a mesma deficiência, porém com alguns agravantes, tínhamos que conviver com a presença de

morcegos, caranguejeiras e cobras. Sem falar no constante mau cheiro devido às fezes dos morcegos que insistiam em fazer da sala a sua morada. Não havia água na escola e a merenda era preparada na casa da servente que morava próximo da escola. Quando a merenda estava pronta, os próprios alunos iam buscá-la. A escola parecia abandonada.



Figura 2: Fachada da escola Municipal Travessa do 24

Dados: Fonte da pesquisa

Somente no ano de 2011, a escola passou por algumas mudanças. Após receber ajuda através do Programa Dinheiro Direto na Escola e do Mais Educação, a escola passou por uma reforma. Agora, ao invés de apenas uma pequena sala, a escola tinha uma sala de aula, banheiro, uma secretaria com móveis novos, impressora, armários, e ainda, materiais didáticos. Além disso, a escola foi contemplada com um poço artesiano, facilitando a vida das professoras e dos alunos.

Desta vez, além do diretor, a comunidade exigia de mim que houvesse melhoramentos como melhor qualidade na merenda escolar e mais salas de aula, mas eu não tinha como mudar a realidade daquele lugar.

A direção da Escola Polo - na qual essa era anexa - não ia à escola, e recaía sobre mim as exigências da comunidade, que pedia por melhorias, mas não havia o que eu pudesse fazer além de transmitir conhecimentos. Muitas pessoas da localidade já começavam a me ver como amiga e conselheira. De acordo com Arroyo (2005, p. 15):

A figura da professora e do professor quando mora junto às populações é uma figura que extrapola seu papel escolar: é conselheiro, guardião da cultura e da memória, organizador da comunidade e dirigente. Uma figura humana com funções, saberes e habilidades múltiplas.

Neste contexto, muitos autores descrevem a relação que os moradores desenvolvem com as professoras, talvez por ser uma região desprovida de figuras de autoridades políticas, o professor passa a ter outros papéis, chegando a ser visto como uma espécie de líder, e geralmente, passa a ser uma conceituada dentro da comunidade campesina. De certa forma, as professoras ainda representam um papel de destaque para essas pessoas que, geralmente, necessitam de uma espécie de orientação e ajuda em suas decisões. Devido seu papel como educador e por ter um conhecimento mais elevado com relação à comunidade em que está inserido, ele se torna para eles uma figura muito importante e representativa para a comunidade em geral.

Neste ano, a turma era de quarenta alunos, as séries iam desde o Pré-escolar I até a 2ª série. Acho que não causa impacto destacar que tinha aluno na 1ª série com 28 anos. Não, na verdade, é sim impactante. Alfabetizar uma pessoa dessa idade e naquelas circunstâncias era um grande desafio. Mas esse não era o maior problema. O problema acontecia quando os pais esqueciam de buscar seus filhos na escola e eu tinha que deixá-los em suas casas, sendo que, muitas residências ficavam a 6 quilômetros da escola. Perdi a conta das vezes em que chorei pelo caminho.

O que me deixava mais triste era ver os pais não demonstrarem preocupação alguma com o desenvolvimento da aprendizagem daquelas crianças. A maioria dos pais vivia absorta em seu trabalho na terra, eram analfabetos, o fato de seus filhos também o serem não causava nenhuma preocupação. As tarefas de casa nunca vinham resolvidas, pois as crianças não sabiam como resolver sozinhas e nem podiam contar com a ajuda dos pais.

Outra situação corriqueira na Zona Rural é com relação à época da colheita. Naquela região entre os meses de agosto a outubro é época da colheita da pimenta do reino, e as crianças não vão para escola. Muitos pais priorizam o trabalho e deixam o aprendizado do filho em segundo plano.

Em algumas ocasiões não pude esconder minha frustração com o descaso daqueles pais com a aprendizagem dos filhos e deixei transparecer. Tal fato não era visto com bons olhos pelos pais, que por sua vez não perdiam a oportunidade de reclamar de minha postura para a direção, e até para o Prefeito da cidade. Aproveitando-se da minha ausência em sala de aula, quando eu tinha que participar

dos encontros pedagógicos, muitos pais usaram esse fato para fomentar boatos sobre minha índole e comportamento em sala de aula. Muitas vezes corri risco real de ser agredida por alguns deles.

A situação em sala era cada vez mais complicada. Uma das piores situações era com relação à higiene daqueles meninos. A maioria ia para as aulas sem tomar banho e escovar os dentes. Com relação aos piolhos era uma verdadeira infestação. O pior de tudo era que quando eu tomava uma atitude que fosse beneficiá-los isso não era visto com bons olhos pelos pais.

Com relação ao aprendizado das crianças não foi diferente da escola anterior, tive momentos negativos e positivos. Os negativos eram a ausência dos pais na escola e nas atividades de dever de casa com os filhos, na conscientização da necessidade de estímulo pelo aprendizado, na falta de participação nas reuniões pedagógicas. E quando indagados sobre a ausência em todas essas situações, somente respondiam que era perda de tempo.

Porém, em meio a tantos desafios e dificuldades alguns alunos conseguiram desenvolver a leitura e a escrita, este foi o ponto positivo dessa caminhada cheia de percalços. É gratificante ver que em meio a tantos problemas pude conquistar um bom resultado. Era esse resultado que eu buscava para todos, mas infelizmente, só alguns puderam alcançar.

Afirmo que alcançar esse resultado não foi nada fácil. Nas classes multisseriadas o professor vive muitos momentos angustiantes na busca por métodos que possam aguçar a curiosidade e a criatividade dos alunos. Sempre os estimulando ao máximo as atividades, explorando as atividades lúdicas e a leitura, sempre buscando algum retorno na aprendizagem, procurando inovar os trabalhos com atividades diversificadas para atrair a atenção dos alunos. As estratégias eram várias: recorte e colagem, bingo de letras, sílabas e palavras, caça palavras, enigmas, pinturas. As atividades eram manuscritas, pois não havia como tirar cópias das atividades; todos os dias eu tinha que me reinventar.

São necessários maiores investimentos e atenção das políticas públicas, com enfoque na formação dos professores tanto em nível de graduação como em formação continuada para implementação de metodologias; procedimentos e técnicas de ensino que busquem a apropriação do conhecimento; redução da carga horária; adequação do conteúdo pedagógico à realidade do campo; e melhoria da estrutura física das escolas, a fim de que essas escolas possam atender de modo eficaz e inovador à comunidade do campo.

Mas, o esforço era recompensado, pois, ao realizar as atividades com aqueles alunos, ao colar as cópias manuscritas em seus cadernos, eu percebia o quanto isso os deixava felizes. Para eles, a aula era prazerosa e interessante, então isso era um estímulo para o seu desenvolvimento. No final do ano

eu colhia os bons resultados de tanto esforço. Lidar com uma turma tão heterogênea não é fácil, é um desafio para qualquer educador. Comportamentos, pensamentos, atitudes são completamente diferentes entre eles.

É possível que as pessoas que nunca foram para uma sala com turmas multisseriadas devam passar por essa experiência, pois é uma oportunidade única de desenvolver a sua prática pedagógica. Quem sabe, dessa forma, possam se sensibilizar com esse modelo de ensino e a partir dessa vivência lutar para que se obtenha uma educação justa para todos, uma vez que você só consegue perceber a necessidade ou descaso quando o vivencia. Porém, não basta apenas apontar as necessidades, ou o que deve ser feito ou não, deve-se partir para a prática, saindo do comodismo e buscar uma verdadeira atuação, uma atuação que mude a triste realidade desses alunos.

Dentro da sala eu não era só uma docente que tinha como objetivo alfabetizar aquelas crianças. Em virtude da convivência, acaba-se criando laços afetivos com eles, principalmente, quando percebemos muitas de suas necessidades. São crianças carentes de carinho, afeto e atenção. Crianças que vivem sem as necessidades básicas que proporcionem uma vida digna. Muitas vinham sem alimentar, esperando apenas pela merenda da escola. Era uma situação que me deixava de coração partido.

No ano de 2004, mesmo estando grávida, fui afastada pela nova gestão administrativa da cidade. Na verdade, a saída e entrada de pessoas contratadas é uma prática comum nessa região quando ocorre troca de gestão. Achei que seria meu último ano numa classe desse tipo.

Fiquei alguns anos sem trabalhar com essas classes. Mas no ano de 2011 fui recontratada pela nova Prefeita para trabalhar novamente na mesma escola. E o mais surpreendente é que ela fez a recontração a pedido dos pais daquela comunidade. Aquela mesma comunidade que várias vezes implicou com meu trabalho, parece que no final haviam reconhecido todo o meu esforço.

De volta a escola novamente senti uma grande emoção. Após sete anos de ausência fui recebida pelos pais com muito carinho. Revi alunas, mas dessa vez elas não vinham como alunas, e sim como mães. Pois muitas haviam crescido e tido filhos e estes agora, seriam meus alunos. Mas, esses ex-alunos, agora como pais e mães mostravam preocupação com a educação de seus filhos. Pelo menos isso havia mudado.

Uma das coisas que sempre me inquietou foi a falta de comunicação entre direção e novos contratados. Quando somos contratados não recebemos nenhum tipo de informação. Não se recebe nenhum memorando lhe informando sua nova função ou onde será o local de trabalho. A informação

de seu contrato chega até você através de um telefonema, e neste momento, somente nos informam a localidade em que iremos atuar. A direção não faz nenhuma reunião pedagógica na e com a comunidade para comunicar e apresentar a nova professora. Ao chegar à escola o profissional fica diante das pessoas, mas não tem muito o que informar, pois nem ele mesmo sabe ao certo o que irá fazer, a não ser fazer o que lhe foi ordenado: trabalhar.

Outra situação inquietante, diz respeito à ausência dos técnicos pedagógicos da Escola Polo, que não fazem visitas e nem o acompanhamento mensal da escola para saber como está o desempenho do professor, e muito menos para analisar o desenvolvimento do ensino e aprendizagem dos alunos. Não há planejamento, nem acompanhamento. Existe uma total ausência e falta de comprometimento por parte do governo com as escolas do campo, principalmente com essas que têm turmas multisseriadas. A professora fica à mercê de sua própria sorte. Para muitos, o que importa mesmo é que a escola esteja aberta, e que o professor esteja presente na sala de aula.

O problema das turmas multisseriadas está na ausência de uma capacitação específica dos professores envolvidos, na falta de material pedagógico adequado e, principalmente, a ausência de infraestrutura básica – material e de recursos humanos – que favoreça a atividade docente e garanta a efetividade do processo de ensino-aprendizagem. Investindo nestes aspectos, as turmas multisseriadas poderiam se transformar numa boa alternativa para o meio rural, atendendo aos anseios da população em dispor de uma escola próxima do local de moradia dos alunos, sem prejuízo da qualidade do ensino ofertado, especificamente no caso das séries iniciais do ensino fundamental. (INEP, 2006:19)

Na verdade, a má formação dos professores para atuarem nestas salas este é um dos principais problemas que cercam esse modelo de ensino. Ao fazermos uma pequena reflexão histórica, podemos constatar que há algum tempo atrás, a maioria dos professores que atuavam nessas classes, nem sequer tinham o curso de Magistério. Atualmente, muitos já concluíram graduação em algumas áreas. Com relação aos cursos de formação continuada pode-se citar o Escola Ativa, já falado anteriormente, e que é conhecido como uma estratégia metodológica cuja “aprendizagem é ativa”, com centralização na melhoria do desempenho escolar nas classes multisseriadas. Para tanto, leva em consideração alguns aspectos, dentre eles a formação continuada dos professores que atuam nessas classes. Porém, a aplicação do programa não garante o sucesso da aprendizagem. E mesmo que se tenha algum tipo de formação, os professores ainda esbarram na falta de materiais pedagógicos que acompanhem as metodologias a serem seguidas.

O fato é que poucos estão preocupados com o desenvolvimento desses alunos. As classes multisseriadas somente refletem o descaso do poder público com a educação, são classes sem professores e professoras capacitados, sem materiais didáticos, sem infraestrutura. O Governo Federal tem o intento de desenvolver propostas pedagógicas para modificar a realidade das escolas do campo e das classes multisseriadas a partir de propostas pedagógicas e metodológicas que se adaptem a dura realidade do campo, que é diferente da cidade, desde que haja interesse para isso, ou seja, o Governo Federal apenas se dispõe a cumprir o que está disposto na LDB, mas não se preocupa em efetivá-las e adaptá-las à realidade rural.

Na segunda semana de aula, recebi de uma moradora que residia em frente à escola um convite para visitar um barraco que ficava dentro de sua propriedade. Ela havia cedido este espaço para que fosse usado pela direção da escola. Tal barraco, que ficava ao lado do curral dos bois, servia tanto para depósito de material de serviço do seu marido (enxadas, terçados, adubos, madeiras, carvão, ração dos animais, milho, sal para o gado, entre outros), quanto para armazenar a merenda escolar, o material didático, o material de limpeza, e ainda, usado como cozinha para o preparo do lanche das crianças.

O convite se deu porque o ano letivo havia se iniciado, mas ninguém ainda havia ido verificar em que condições estavam os objetos armazenados. Ao entrar no barraco fiquei chocada com aquele descaso. O local era um amontoado de objetos tanto de uso do proprietário quanto da escola.

Observando atentamente reparei em vários tipos de alimentos como biscoitos, feijão, arroz, massas para mingau, sopas, enlatados; tudo misturado com massa de modelar, copos, pratos, colheres e materiais de limpeza. Os insetos andavam por todos os lugares, o mau cheiro queimava o nariz. O lugar utilizado para armazenar a merenda dos alunos era um ambiente sujo, cheio de insetos e ratos. Gatos e cachorros comiam os alimentos estragados.

Ainda chocada com a falta de higiene e descaso, perguntei à moradora como havia chegado àquela situação, ela somente respondeu que ninguém inspecionava nada, simplesmente deixavam os materiais ali no início do ano, e ali eles permaneciam. Enquanto eu estava ali, chegaram duas mães e presenciaram a cena. Apesar de ter conhecimento de que elas sabiam que eu acabara de chegar, não pude deixar de sentir um enorme constrangimento diante delas.

Saí tristemente daquele lugar, em seguida, fui até a direção da escola e comuniquei o acontecido, eles apenas me disseram que eu não estava lá para averiguar a merenda. Fiquei indignada, arrasada, me senti uma inútil, sem poder falar ou fazer nada a respeito daquela situação. O pior é ainda fui ameaçada de demissão.

Mas, como a situação me inquietou profundamente, esperei no outro dia para poder falar com o Secretário de Educação que na época era professor em uma escola na vila onde eu morava. Então aproveitando o momento de inquietação e indignação procurei o Secretário para uma conversa. Felizmente, consegui ser atendida.

Na conversa expus, detalhadamente, toda a situação com a qual me deparei, não poupei detalhes. Disse que não estava ali como professora, e sim como mãe, e que ele me ouvisse como um pai. E falei do estado em que encontrei a merenda escolar, do mau cheiro, a falta de higiene. Perguntei a ele que se ele presenciasse uma cena dessa qual seria a reação que teria, mesmo correndo o risco de ser demitido. Ele não respondeu, ficou parado me observando, por fim, disse que eu tinha coragem. A conversa terminou com a promessa de que no outro dia ele visitaria o local.

De fato, no dia seguinte, ele foi até o local e viu a situação, ficou estarrecido diante de tanto descaso. Mais uma vez conversamos e perguntei a ele se estava demitida. No entanto, ele respondeu que não. Pelo contrário, estava agradecido por eu ter lhe aberto os olhos para aquela situação. Em seguida, começou a dar telefonemas e a tomar providências para reverter aquela situação, como o uso de armários e a contratação de uma servente para a escola.

Contudo, havia na escola um outro professor, que inclusive era responsável pela mesma, que quando soube dos acontecimentos ficou visivelmente incomodado, a partir daí o clima entre nós não foi dos melhores. Desavenças começaram a acontecer entre nós e a merendeira da escola. O que se comentava era que eu não deveria ter passado por cima da autoridade dele, que eu deveria apenas dar aula e não me incomodar com a parte administrativa da escola. Apesar das constantes discussões, continuei meu trabalho na escola, tendo como objetivo ajudar aquelas crianças a descobrirem o mundo da leitura.

Com a implementação do PNAIC – Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa - que se apresentava como uma ferramenta para auxiliar as classes multisseriadas, houve uma mudança no método de ensino, apesar de achar muito interessante, não acreditei muito em resultados positivos, mas resolvi adotá-los, nesses encontros nós éramos orientados a confeccionar as atividades como cantinho de leitura, combinados calendários e outras atividades com os nossos alunos. Além de utilizar bastante a interdisciplinaridade.

A interdisciplinaridade não dilui as disciplinas, ao contrário, mantém sua individualidade. Mas integra as disciplinas a partir da compreensão das múltiplas causas ou fatores que intervêm sobre a realidade e trabalha todas as linguagens

necessárias para a constituição de conhecimentos, comunicação e negociação de significados e registro sistemático dos resultados (BRASIL, 1999, p. 89).

Com relação a interdisciplinaridade, vários autores discorrem sobre a importância de se trabalhá-la em sala de aula, pois sua utilização contribui para a aprendizagem dos alunos, visto que, faz a associação entre os diversos conteúdos disciplinares, buscando a compreensão da realidade. A interdisciplinaridade pode ser entendida, grosso modo, como o diálogo entre duas ou mais disciplinas. A prática da interdisciplinaridade ajuda o aluno a ser mais crítico e reflexivo, pois o diálogo entre duas disciplinas diferentes permite a interação entre elas, possibilitando que se use os conhecimentos de várias disciplinas para se resolver problemas ou compreender determinados pontos de vistas. Isso induz o aluno a formular possibilidades e buscar diferentes resultados para um problema.

Assim, comecei a adotar a metodologia orientada pelo PNAIC. Ao chegar na sala de aula, apresentava aos alunos um tema, e durante o decorrer da aula íamos criando material pedagógico para complementá-la, desta forma buscava sempre incentivar as turmas da Educação Infantil ao 2º ano a desenvolverem as atividades exigidas pelo programa. O esforço era gratificante. Em um dos dias em que estávamos desenvolvendo uma das atividades, deparei-me com a nova Secretária de Educação nos observando pela janela. A atividade era simples, os alunos estavam confeccionando convites para o dia das mães, e enquanto isso, eu ornamentava o cartaz para afixá-lo na parede. Ao notar o que estávamos fazendo, ela disse que aquilo era perda de tempo, que os alunos estavam ali para aprenderem a ler e escrever, e que eu era paga para ensiná-los e não para passar tempo brincando.

O fato era que nos encontros do PNAIC, éramos orientados a buscar diversificação nas atividades de escrita e leitura, e também a buscar métodos que despertassem a curiosidade de leitura no aluno. E era isso que eu estava fazendo. Mas para a secretaria, eu estava fazendo errado, então como proceder?

Logo após o ocorrido houve um outro encontro do PNAIC, e as coordenadoras do programa pediram para que fizéssemos um relato negativo e um positivo sobre as novas metodologias do projeto aplicadas em sala de aula, e como estávamos nos adequando àquelas experiências. Foi a oportunidade que tive para relatar a situação que vivi. A resposta que obtive foi de que a secretária de educação estava atrasada com relação às novas metodologias, e que eu deveria continuar o trabalho com os alunos do modo como estava fazendo.

Na zona rural uma das situações que mais causam atraso nesse tipo de aprendizado é o fato de que algumas mães matriculam seus filhos aos quatro anos, mas depois disso a criança não põe os pés

na escola. Ao serem indagados sobre o fato, dizem que não os mandam para a escola por causa dos alunos maiores, pois estes podem agredi-los. Além disso, outros alunos são matriculados aos seis anos, pois os pais dizem que antes disso eles não estão preparados para estudar.

Outra situação com a qual nos deparamos nesse meio é aquela em que os alunos estão matriculados na idade certa e suas mães recebem o Bolsa Família, mas as crianças não frequentam a escola. E como se sabe uma das exigências para que se receba esse auxílio do governo é que as crianças estejam matriculadas e frequentem a escola, como isso não acontece, o auxílio é bloqueado. Mas muitas mães não aceitam o bloqueio e comumente comparecem à escola exigindo uma declaração para que não percam o programa.

É difícil lidar com esses pais, pois ao invés de serem uma ponte entre a escola e o aprendizado dos filhos, eles não apresentam nenhum interesse pelo desenvolvimento da criança, tanto em relação à escrita como na leitura. A desculpa que usam para o descaso é o fato de que como não sabem ler ou escrever também não terão condições de ensinar seus filhos. Todo ano acontece a mesma coisa, crianças são matriculadas, porém não frequentam as aulas, muitas vezes a matrícula só acontece porque o professor vai às casas dos moradores da comunidade e realiza a matrícula. Sempre ocorre da mesma forma, alunos matriculados, sem frequentarem as aulas, pais ausentes; o resultado é um número cada vez maior de analfabetos.

Com o passar do tempo, as crianças que foram matriculadas no Ensino Infantil e que nunca frequentaram as aulas, que não foram alfabetizadas na idade correta são novamente matriculadas pelos seus pais no 1º ano. Sem saberem manusear o lápis, a atenção com esses alunos é redobrada. No final, a turma que já estava em processo contínuo de aprendizagem, de certa forma é prejudicada, pois os novos alunos necessitam de mais atenção, de adaptação. Essa situação é corriqueira na zona rural.

Apesar de se fazer um planejamento pedagógico interdisciplinar para a turma, não tem como chegar ao final do ano com a turma em 100%. É muito complicado, pois além do tempo ser pouco em sala, acontecem imprevistos como reuniões com o pessoal da SEMED, conferências, feriados facultados e feriados locais, até mesmo quando vem a falecer um morador antigo daquela comunidade a escola é fechada. Com relação ao tempo utilizado nos encontros do PNAIC, para nós em parte é produtivo, mas para as crianças é um tempo perdido. Todos são fatores que acabam intervindo no nosso cotidiano, comprometendo o processo de alfabetização dos alunos, visto que, é um processo que demanda tempo, haja vista, que deve se levar em conta o processo de aprendizagem de cada criança.

O professor busca oferecer todos os recursos e ferramentas pedagógicas que estão ao seu alcance para contribuir nesse aprendizado, inclusive utilizando o lúdico para facilitar a compreensão

dos conteúdos. O tempo nesse caso é fator fundamental para o êxito da aprendizagem, pois o professor precisa dele para organizar-se, assim como para encontrar a melhor maneira para aplicar os conteúdos, buscar caminhos para o seu desenvolvimento, praticar com o aluno em sala de aula, e tantas outras tarefas. O êxito na aprendizagem do aluno não depende somente das professoras e nos métodos por eles adotados, mas também pelo estímulo que essas crianças devem ter em casa, pois a participação dos pais na vida escolar de seus filhos é importante para o sucesso da aprendizagem. Quando há parceria entre a escola e a família as chances de se obterem melhores resultados são maiores.

Mas a vida no campo exige sacrifícios. A maioria dos pais dos alunos não possui o Ensino Fundamental. Muitas dessas famílias vivem da agricultura familiar, e precisam levantar de madrugada para trabalharem na roça, e assim, garantir o sustento da família. Isto é, devido à luta diária, os pais não encontram tempo para ensinar seus filhos. Desta forma, a educação das crianças fica totalmente a cargo do professor, que fica sobrecarregado. É comum que os deveres de casa venham em branco, muitos pais simplesmente não encontram tempo para ajudar os filhos, e muitas vezes não sabem como resolvê-los.

A realidade da aprendizagem dessas crianças é bem triste, muitas estão na escola somente por causa do Bolsa Família ou da merenda escolar. O mais grave é que sem incentivo, sem meios, poucos alunos têm realmente o objetivo de aprender. A maior parte dos alunos está tão acostumada a ouvir que estão ali somente por causa do auxílio do governo, que acabam repetindo isso quando são obrigados a prestar atenção na aula. É uma situação tão difícil, pois o futuro desses meninos será exatamente o de seus pais.

A escola algumas vezes cria algumas situações para que os pais compareçam à escola, como envio de convite para reunião pedagógica, e comunicado informando que o não comparecimento prejudicaria o recebimento do Bolsa Família, somente dessa forma alguns pais comparecem nas reuniões.

Outra forma de atrair os pais até a escola, são as festas comemorativas como o dia das mães, dos pais, desde que isso não afetasse seus bolsos, eles compareciam. Nessas ocasiões, eu sempre me empenhava em agradá-los, pois dessa forma, conseguiria a atenção deles para conversar sobre a aprendizagem dos seus filhos. Era nesse momento que eu tinha oportunidade de orientá-los sobre as dificuldades que eles passavam, sobre o rendimento deles e sobre a importância de os pais incentivarem e participarem da aprendizagem dos seus filhos. As desculpas eram sempre as mesmas, infelizmente, a maioria não estava interessada em contribuir com o aprendizado dos filhos.

O desinteresse dos pais pela aprendizagem dos filhos é visível. Muitas vezes o aluno adoece e passa semanas sem ir à escola, os pais não justificam as faltas, e muito menos se preocupam com os conteúdos perdidos. A maioria dos pais na zona rural não se interessa pelo desenvolvimento da aprendizagem dos alunos, e nem com o trabalho que o professor está enfrentando ao tentar repassar os conteúdos ou sobre as dificuldades que a criança apresenta, tanto na escrita quanto na leitura. Sobre este fato Lopes (s,d, p. 4) comenta:

É importante que os pais ou responsáveis pelas crianças demonstrem interesse em tudo que diz respeito à escola do filho, para que ele perceba que estudar é algo prazeroso e indispensável para a vida. A participação dos pais na educação formal dos filhos deve se proceder de maneira constante e consciente, integrando-se ao processo educacional, participando ativamente das atividades da escola. Essa interação só tem a enriquecer e facilitar o desempenho escolar da criança.

Desta forma, é importante que a família seja um agente ativo no processo de educação de seus filhos. Participar de reuniões, comemorações, ser presente na escola, demonstrar interesse e participar da vida escolar de seu filho é fundamental para o desenvolvimento do mesmo. Assim, o papel dos pais é importantíssimo para o desenvolvimento dos filhos, o simples fato de perguntar ao final do dia como foi a aula ou pedir para verificar os cadernos já são um grande incentivo. A verdade é que a parceria entre escola e família é fundamental para o processo de ensino-aprendizagem. Para Lopes, a participação dos pais na educação dos filhos é fundamental:

A participação dos pais na vida escolar dos filhos, reflete diretamente no rendimento destes. Acompanhar os deveres escolares, estimular e demonstrar interesse são itens imprescindíveis para o desenvolvimento dos alunos. Além disso, a participação dos pais nos eventos realizados pela escola, como reuniões, festas em datas comemorativas também influenciam positivamente.

Mas o que se percebe é uma falta de compromisso e interesse muito grande dos pais com relação à aprendizagem de seus filhos. O que dificulta ainda mais o êxito dos mesmos.

Em outra experiência, passei um período de quatro meses em uma escola chamada Aprígio Moraes, localizada na Rodovia PA - 242, uma região com as mesmas características das localidades distantes dos grandes centros urbanos. A experiência dessa vez foi com uma turma de 3º e 5º ano. Nestas turmas, confesso que fiquei completamente perdida. Não por minha incapacidade, mas pelo comportamento e desempenho apresentados pelos alunos.



Figura 3: Fachada da escola Municipal Aprígio Moraes

Dados: Fonte da pesquisa

A figura mostra a fachada da referida escola, que passou por uma pequena reforma em sua estrutura física. Com relação às outras escolas essa era um pouco maior com 2 salas de aula, 2 banheiros, 1 minibiblioteca, 1 secretaria com 2 computadores e 2 notebooks, 1 copa com depósito, um pátio e um refeitório. Nesta escola havia muitos livros fornecido pelo MEC e Panaic, porém os alunos não tinham acesso a eles, eram trancados em um armário.

No terceiro ano, os alunos não conheciam sequer o alfabeto, na escrita, a maioria não conseguiu escrever nem seus nomes, sendo que, ora escreviam com letra bastão ora com letra cursiva, com relação à leitura o desempenho era pior, pois não eram capazes de ler nada, na verdade, poderia dizer que apresentavam um desempenho de uma turma de 1º ano.

Com a os alunos do 5º ano não foi diferente, pois também não sabiam ler, e nem escrever palavras ditadas. Com relação à matemática a situação era mais difícil, já que não conheciam os números e muito menos conseguiam efetuar pequenos cálculos. Além disso, muitos alunos estavam acostumados a não cumprir horários ou mesmo a frequentar as aulas, o que tornava a situação ainda mais delicada. Diante deste quadro, procurei a escola polo para que pudéssemos de alguma forma ajudar aqueles alunos.

Após relatar a situação, a técnica pedagógica e a vice-diretora resolveram fazer uma visita à escola anexa. Na verdade, apesar de tantas professoras terem passado por aquela escola, era a primeira vez que alguém relatava a elas aquela situação.

No dia seguinte foram à escola. Fizeram um passeio por toda a escola e visitaram todas as turmas, durante o passeio faziam perguntas aos alunos e às professoras sobre a merenda e sobre as necessidades da escola.

Durante a visita à minha sala, elas conversaram com os alunos e fizeram uma dinâmica. Os alunos diziam algumas palavras, e elas as escreviam no quadro, depois de várias palavras escritas, elas pediram que os alunos as lessem, mas nenhum aluno soube ler nenhuma das palavras. Isto as deixou perplexas. No final da visita, me orientaram a utilizar todos os métodos que eu conhecia para alfabetizar aquelas crianças. Mais uma vez o trabalho foi difícil, pois eu teria que mudar todo o plano de aula que já estava pronto para um que se adequasse às necessidades educacionais daquelas crianças.

Foram momentos difíceis naquela escola, pois eu tinha que trazer material adaptado de casa para que os alunos pudessem se desenvolver em tão pouco tempo. Minha maior preocupação era com os alunos que iriam passar para a próxima série sem apresentar nenhuma capacidade para isso. O 5º ano também me afligia, pois estavam prestes a entrar no Ensino Fundamental II, e inclusive trocar de escola, pois a que estavam somente oferecia o Ensino Infantil e Fundamental I, mas estavam totalmente despreparados.

Uma das situações mais absurdas que presenciei nesta escola aconteceu durante a realização da primeira avaliação. Em uma das turmas a professora entregava as provas aos alunos, eles faziam as provas, depois ela ia com cada aluno e dizia exatamente qual era a resposta certa, fez isso com todos os alunos. Quando a questioneei e recriminei sobre a atitude, somente respondeu que ela não se incomodava e que não seria ela que pegaria a turma no ano seguinte. Confesso que fiquei incomodada com aquela resposta, certamente, não era o posicionamento de um profissional comprometido com a educação de seus alunos. Então não consegui me conter e perguntei se ela não se sentia mal ao agir daquela forma, e disse que estávamos ali para lidar com seres pensantes, que buscam e esperam um futuro melhor, e não seria daquela forma que iriam conseguir e muito menos ajuda-los. É claro que ela não gostou de meus questionamentos, achou que eu queria o lugar dela à frente daquela turma. Contudo, a única coisa que eu queria era proporcionar àqueles alunos uma oportunidade.

Depois desse incidente a minha situação na escola ficou bastante complicada, pois comecei a sentir uma certa animosidade comigo. Tanto as professoras quanto as serventes começaram a me tratar com desdém e algumas vezes até com rispidez. Até que um dia, a mãe de um aluno veio falar comigo e perguntou se eu sabia que estavam fazendo um abaixo-assinado para me tirar da escola. Segundo ela, o motivo seria o fato de eu querer atrapalhar o serviço das professoras e da servente.

No mesmo dia, ao sair da escola, me dirigi à Escola Polo e disse que não poderia continuar o trabalho daquela forma. Em minha opinião é difícil trabalhar em um ambiente onde não há harmonia, se já existiam as dificuldades educacionais, mais difícil seria agora com os problemas de relações pessoais. A coordenadoria aceitou minha demissão, apenas pediu que eu esperasse até o término do mês. No dia seguinte, as representantes da coordenadoria foram à escola esclarecer os rumores que circulavam na escola. Na verdade, o que acontecia dentro daquela escola era o que geralmente acontece em muitas escolas do campo, isto é, pessoas que ocupam um cargo diferente de diretor, vice-diretor ou coordenadora e querem desempenhar o mesmo papel que cabe somente a eles. Isso dá uma falsa sensação de poder, confunde a hierarquia e acaba atrapalhando as relações dentro da escola. No caso da referida escola, quem queria ocupar esse papel era a servente, que pelos anos que ali trabalhava, achava que tinha os mesmos poderes que cabia somente ao diretor da escola. Devido à falta de formação profissional adequada, a servente agia de modo nada profissional chegando muitas vezes a ser ríspida e desagradável no trato com os alunos. No final, achei melhor me afastar daquela situação toda, e saí da escola.

A verdade é que as escolas brasileiras apresentam uma enorme deficiência em todos os aspectos. Em um país onde grande parte da população mora em regiões remotas é surpreendente a maneira como a educação é ofertada para essas áreas.

Talvez se algumas medidas fossem tomadas, o quadro pudesse ser amenizado. Uma delas seria uma atenção maior por parte das Secretarias de Educação. Conhecer melhor as comunidades, organizar eventos e reuniões com os pais e alunos, proporcionar um pouco de lazer e cultura são ações que podem despertar um maior interesse pela vida escolar do aluno. Além disso, incentivar o professor a participar de cursos de qualificações, destacando a importância de uma formação continuada. A criação e aplicação de um projeto político-pedagógico que envolvesse escolas e comunidade poderia ser o ponto inicial para melhorias no ensino daquela comunidade ali esquecida.

Em um mundo tão moderno e conectado é frustrante observar o cotidiano dessas crianças tão distante da realidade. Computadores, *tablets*, celulares, internet, ferramentas que podem ser utilizadas para estimular, aproximar e incentivar os alunos à aprendizagem são apenas utopias. Passeios a museus, cinemas, bosques, bibliotecas, filmes em DVD são ações simples às quais os estudantes da zona urbana estão acostumados, mas totalmente fora da realidade dessas crianças que ali estão esquecidas.

O que se percebe é que mesmo com as complicações apresentadas e vividas no dia a dia dentro das escolas, muitos alunos ainda esperam por melhorias. Muitas crianças ainda desejam aprender, outras sonham em transformar a realidade em que vivem.

Hoje não atuo mais em salas desse tipo, mas guardo as experiências vividas naquelas classes. São as lembranças das necessidades daquelas crianças tão carentes de tudo, daqueles pais de olhares vagos sem esperanças no futuro, daquele lugar tão esquecido pelos governos que servem de base para minha atuação como docente.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante minha experiência vivi na prática alguns dos problemas que cercam esse tipo de ensino. O que mais vi foi precariedade e descaso. Tudo o que cerca a educação no campo demonstra a falta de respeito com essa população. Escolas funcionando em péssimas condições, professoras despreparados, descontentes e desmotivados, alunos e pais sem interesse na educação.

No campo se vive uma realidade bem diferente daquelas em que se vive nas grandes cidades. Naquele pequeno pedaço de terra distante de tecnologia, das grandes indústrias, existe uma fonte enorme de cultura, de valores. É triste olhar para aqueles alunos e perceber o quanto estão sendo injustiçados. É lamentável perceber que apesar do tempo decorrido, a situação da educação continua a mesma daquela que de séculos atrás.

Muito ainda precisa ser feito para que a educação do campo seja realmente voltada para e pelo campo. A educação no campo precisa de um olhar diferenciado, sem preconceitos. Os indivíduos da zona rural precisam ser olhados desta forma. O campo apresenta uma cultura enorme, bonita e diversificada. Conviver com essas pessoas, nesse ambiente é um privilégio, uma fonte de aprendizagem, de amadurecimento tanto profissional como pessoal. De acordo com Waldemar (2009, p.15):

Naquela realidade educacional, entendi qual o sentido da educação para meu estado, meu País, para mim e, principalmente, para aqueles indivíduos que alimentam sonho de uma qualidade de vida. Não tenho a intenção ingênua de acreditar que a educação seja o único meio de resolver os problemas de uma sociedade, mas tenho como prática transformadora a que me refiro quando associo educação ao desenvolvimento social.

Diante deste contexto, vale ressaltar a educação como prática transformadora, não vista como uma forma de resolver todos os problemas sociais, mas como um passo para que as desigualdades sociais sejam diminuídas, como um direito para que o indivíduo se torne consciente de seu papel na sociedade e que isso lhe impulse à luta por sua valorização como cidadão.

Para isso, é necessário, não somente, reformular as políticas públicas que tratam das classes multisseriadas, mas aplicar uma política em que sejam consideradas as especificidades do sujeito,

levando em conta seus aspectos sociais e culturais. A educação para ser transformadora deve englobar todos os aspectos da vida do indivíduo, a fim de possibilitar o total desenvolvimento intelectual e todas as potencialidades dos alunos. Nesse contexto Waldemar (2009, p.28) afirma que:

A educação do campo é um processo destinado ao ato dialógico, ao ensino e aprendizagem para a formação da identidade da população campesina atendendo-se as necessidades específicas e as realidades sociais, políticas e culturalmente construídas.

A educação campesina precisa reafirmar sua identidade, precisa fortalecer sua identidade, sua cultura, suas aprendizagens. O campo deve ser olhado sem preconceito, deve ser visto como um importante gerador de riquezas e que possui uma cultura riquíssima. Assim, a aprendizagem da leitura seria o primeiro elemento para essa transformação. O prazer pela leitura deve incentivado não somente pelas professoras, mas dentro da família, vale ressaltar que a maneira como ela é estimulada e desenvolvida irá colaborar como uma prática significativa.

Mas o êxito da educação no campo não depende apenas de leis a serem cumpridas, mas de um esforço em conjunto de professores, da sociedade e do governo. Uma educação que sirva para modificar o meio em que o indivíduo está inserido não depende somente da realização de políticas públicas, mas principalmente, de pessoas comprometidas com a formação educacional dessas crianças. E essas crianças precisam ser estimuladas, precisam ser despertadas, precisam perceber que sua formação educacional também pode transformá-lo em um ser pensante, capaz de mudar a realidade em que vive.

Por sua vez, a sociedade precisa perceber que a formação desses alunos é fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Uma sociedade formada por indivíduos que saibam exercer sua cidadania, que conheçam seus direitos, que lutem pela igualdade, pela justiça e que ajudem a construir uma realidade onde todos sejam respeitados.

No que tange ao papel da escola, esta deve ser um espaço essencial para o crescimento desses indivíduos, um espaço democrático, de ideias, de diálogos, de aprendizagem, de igualdade. Um lugar em que o aluno se sinta à vontade para descobrir, para conquistar, para construir seu conhecimento e mudar a realidade em que vive.

Frente ao exposto, concluiu-se que do enfoque dado à leitura no contexto da educação do campo deve se respeitar suas singularidades culturais, bem como relacionar práticas que combinem a diversidade e os conteúdos, assegurando à essas pessoas sua identidade e autonomia. Mas esse papel

não cabe somente à escola, é importante que os pais vivenciem e participem do processo de mudança. Nessa perspectiva, é responsabilidade tanto da escola como da família a função de contribuir para o desenvolvimento e do gosto pela leitura. A escola, depois da família, deve assumir um papel relevante como mediadora entre o aluno e a leitura, devendo continuar a ampliar e sistematizar o processo iniciado no ambiente familiar, na formação do gosto pela leitura

Esta pesquisa teve como base grandes autores, que contribuíram para o desenvolvimento de forma significativa para este projeto. Com isso, compreendeu-se que o desenvolvimento da leitura como prática significativa ao aluno, parte da realidade em que se encontram.

Portanto, com esse trabalho ampliou-se os conhecimentos a cerca dessa temática, gerando uma produção reflexiva e crítica. O fato é que há ainda, muito que se fazer, muito pelo que se lutar, até chegar um momento em que toda a sociedade perceba, como disse Anísio Teixeira, que “Educação não é privilégio, é direito de todos.”

5. REFERÊNCIAS

AMORIM, Daiana Aparecida Marques do. **Educação Rural e as salas multisseriadas: uma reflexão sobre as políticas públicas para esse contexto.** – UFJF. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/sites/default/files/poster-gt14-4207.pdf>> Acesso em 30 de agosto de 2018.

BAPTISTA, Camila Corrêa. **A importância da leitura na educação do campo e a formação do leitor.** UTFP. Disponível em:

<http://repositorio.roca.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/4070/1/PB_COLET_2014_1_02.pdf> Acesso em 01 de setembro de 2018

DREYER, Loiva. **Alfabetização: O olhar de Paulo Freire** – FAPI Eixo Temático: Didática: Teorias, Metodologias e Práticas Agência Financiadora. Disponível em:

<http://educere.bruc.com.br/CD2011/pdf/5217_2780.pdf> Acesso em 01 de setembro de 2018

BRASIL. LDB [Lei Darcy Ribeiro (1996)]. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional:** lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. – 5. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação Edições Câmara, 2010.

BRASIL; Ministério da educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Lei n. 9394/96, de 20 de dezembro de 1996.

<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf> Acesso em 30 de julho de 2018.

DINIZ, Marjorie Lopes Guimarães Loureiro. **Alfabetização e Letramento na prática educativa da educação no campo: um estudo de caso em classes multisseriadas.** UEPB, 2014. Disponível em:

<http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UEPB_0941646e48ec350afdf489633b706c26> Acesso em 01 de setembro de 2018.

DRUZIAN, Franciele; Meurer, Ana Carine. **Escola no campo multisseriada: experiência multidocente.** Agosto. 2013.

DRUZIAN, Franciele. **Educação Infantil multisseriada no campo.** Disponível em

<<http://coral.ufsm.br/sifedocregional/images/Anais/Eixo%2011/Franciele%20Druzian.pdf>> Acesso em: 05 de setembro de 2018.

Educabrasil. Classes multisseriadas. Disponível:

<<http://www.educabrasil.com.br/classes-multisseriadas/>> Acesso em 30 de julho de 2018>

Entrelaçando – Revista eletrônica de Cultura e Educação. **Prática Pedagógica em classes multisseriadas**. Carlos Henrique de S. Medrado. Disponível em:

<<https://pt.scribd.com/document/136664428/10-Prticas-pedaggicas-em-salas-multisseriadas-Henrique-pdf>> Acesso em 26 de agosto de 2018.

FERRI, Cássia. **Classes Multisseriadas. Que espaço escolar é esse?** Disponível em:

<<http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/Dissertacao%20Cassia%20Ferri.pdf>> Acesso em 29 de agosto de 2018.

HAGE, Salomão Antônio Mufarrej. **A multissérie em pauta: para transgredir o Paradigma Seriado nas Escolas do Campo**. Disponível em:

<https://faced.ufba.br/sites/faced.ufba.br/files/multisserie_pauta_salomao_hage.pdf>

Infoescola. **Interdisciplinaridade**. Disponível em:

<<https://www.infoescola.com/pedagogia/interdisciplinaridade/>> Acesso em 15 de agosto de 2018.

JUNIOR, Waldemar dos Santos Cardoso. **Alfabetização na educação no campo: relatos de professores de classes multisseriadas da ilha do Marajó**. PUC/SP. 2009. Disponível em:

<<https://sapientia.pucsp.br/bitstream/handle/16593/1/Waldemar%20dos%20Santos%20Cardoso%20Junior.pdf>> Acesso em 01 de setembro de 2018.

MEDEIROS, Maria diva de. **A escola rural e o desafio da docência em salas multisseriadas: o caso Seridó**. UFRG. Disponível em:

<https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/14437/1/MariaDM_DISSERT.pdf> Acesso em 28 de agosto de 2018.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - MEC. **Educação do Campo: diferenças mudando paradigmas**. Brasília: MEC- Cadernos Secad, Mar 2007. Disponível em:

< <http://livros01.livrosgratis.com.br/me4531.pdf>> 05 de setembro de 2018.

Portal Metodista. Educação e Linguagem. ROSA, Ana Cristina da Rosa. **Classes multisseriadas: desafios e possibilidades.** Disponível em:

<<https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/EL/article/view/116>> Acesso em 31 de agosto de 2018.

SciELO. Revista Brasileira de Educação. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782000000300011> Acesso em 25 de agosto de 2018.

WebArtigos. **Classes multisseriadas: desafios, possibilidades e realidade da educação no campo.** Hélio Loiola dos Santos Júnior. Disponível em:

<<https://www.webartigos.com/artigos/classes-multisseriadas-desafios-possibilidades-e-realidade-da-educacao-do-campo/124767/>> Acesso em 05 de setembro de 2018.